



Ambiente, Sociedade e Opinião Pública

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

**Contributos para a construção de um sistema de indicadores de
monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses
(Continente)**

Coordenação:

João Ferrão (ICS)

Relatório elaborado por:

João Ferrão (ICS)

João Guerra (ICS)

Apoio estatístico e cartográfico:

Fernando Honório

Lisboa, 30 de Julho de 2004



Instituto do Ambiente



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
PARTE I QUALIDADE DE VIDA: O QUE É ?	4
1. Do PIB à multidimensionalidade do conceito de Qualidade de Vida	4
2. Para além do rendimento: subjectividade, necessidades e capacidades	8
2.1. A importância do bem-estar subjectivo	8
2.2. Satisfazer as necessidades básicas	10
2.3. Promover as capacidades para a acção	14
3. As novas concepções de bem-estar e de desenvolvimento	16
3.1. Saúde humana: uma visão holística	16
3.2. Desenvolvimento humano: necessidades básicas e liberdade de escolha ...	19
3.3. Desenvolvimento sustentável: assegurar o futuro	22
4. Para um conceito integrado de Qualidade de Vida: explorar a encruzilhada de perspectivas	26
PARTE II QUALIDADE DE VIDA: COMO MEDIR?	28
5. Medir a Qualidade de Vida: critérios de selecção e modelos de sistematização de indicadores	28
5.1. Definir indicadores de Qualidade de Vida	28
5.2. Modelos de sistematização de indicadores	31
PARTE III CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES: COMO PROCEDER?	35
6. Organização da base de dados: critérios de estruturação da informação	35
7. Alimentação da base de dados: procedimentos de selecção de indicadores	39
8. Tratamento da informação: roteiro metodológico	45
9. Resultados: apresentação e discussão	48
COMENTÁRIO FINAL E RECOMENDAÇÕES	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS	67

INTRODUÇÃO

Este Relatório inclui os aspectos essenciais desenvolvidos ao longo do estudo “Municípios: Sustentabilidade e Qualidade de Vida”.

Este estudo visava debater e propor linhas de orientação para a criação de um *sistema de indicadores estatísticos de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses do Continente*. Este dispositivo é considerado de grande relevância não apenas para decisores políticos e técnicos dos vários domínios relacionados com a qualidade de vida das populações, mas também para os cidadãos em geral. O sistema de indicadores deverá constituir, para decisores e cidadãos, um instrumento que, permitindo medir, acompanhar e avaliar a evolução da qualidade de vida ao nível local, suscite tomadas de decisão e definição de prioridades mais fundamentadas.

O Relatório encontra-se organizado em três partes, que correspondem a outras tantas questões-chave:

- i) Conceito de qualidade de vida: como evoluiu e que significado tem hoje?
- ii) Medição da qualidade de vida: como definir indicadores pertinentes e sistematizá-los de forma adequada?
- iii) Monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses baseada em sistemas de indicadores estatísticos: que opções metodológicas, critérios e procedimentos?

Na Parte I reconstituem-se as perspectivas que mais influenciaram os debates sobre qualidade de vida, dando-se particular ênfase à análise da evolução dos conceitos de saúde humana, desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável (Capítulos 1, 2 e 3). Com base nesta análise, propõe-se uma abordagem integrada do conceito de qualidade de vida, capaz de potenciar as convergências e complementaridades que se verificam actualmente entre aqueles três conceitos (Capítulo 4).

Na segunda secção (Parte II) analisam-se vários critérios de selecção e modelos de sistematização de indicadores. A consulta bibliográfica e documental efectuada permitiu aprofundar as orientações mais recentes que nesta matéria estão a ser adoptadas, nomeadamente no âmbito de instituições supranacionais, como a OCDE ou as Nações Unidas, mas também por parte de várias autoridades nacionais e regionais (Capítulo 5).

Tendo por base o referencial conceptual definido na Parte I (conceito integrado de qualidade de vida) e o referencial metodológico adoptado na segunda parte (modelo P.E.R. – Pressão – Estado – Resposta), propõe-se, na última parte (III), um processo de organização de base de dados capaz de suportar adequadamente a monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses através de um sistema de indicadores estatísticos. Após a discussão dos critérios de estruturação da informação a recolher (Capítulo 6), dos procedimentos de selecção dos indicadores a utilizar (Capítulo 7) e das opções metodológicas básicas quanto ao tratamento da informação recolhida (Capítulo

8), efectua-se um primeiro ensaio de aplicação para os concelhos do Continente, com dados de 2001, apresentando-se e discutindo os resultados obtidos (Capítulo 9).

O Relatório termina com uma listagem de recomendações que visam alertar para alguns dos aspectos que mais poderão condicionar o êxito da instituição de um sistema de monitorização baseado em indicadores concelhios que seja, em simultâneo, adequado aos objectivos visados, qualificado nos seus procedimentos e eficiente na relação entre recursos envolvidos e resultados obtidos.

PARTE I

QUALIDADE DE VIDA: O QUE É?

1. Do PIB à multidimensionalidade do conceito de Qualidade de Vida

Se, nos últimos anos, a qualidade de vida se tornou uma meta importante para decisores técnicos e responsáveis políticos, os aspectos relevantes e as opções de operacionalização do conceito estão longe de garantir um consenso generalizado (Cf. Gössweiner, Pfeiffer e Richter 2001: 1).

De facto, a ideia de qualidade de vida tem vindo a ser discutida a um nível genérico, frequentemente assente em recomendações vagas e gerais que visam a melhoria das condições de vida das populações. Trata-se de uma ideia consideravelmente abrangente, que não deixa de encerrar algumas ambiguidades advindas, em boa medida, das múltiplas aproximações teóricas e dos vários contextos sócio-espaciais a que se refere. Explica-se, assim, a dificuldade de obter significados consensuais ou um acordo sobre os elementos a medir e monitorizar para avaliar a qualidade de vida de determinada população.

A partir dos anos 60, a perspectiva que fazia coincidir o crescimento económico e o progressivo conforto material (medidos através do PIB *per capita*) com uma melhoria efectiva dos padrões de qualidade de vida — ponto de vista utilitarista, que limita a análise à produção e às trocas de natureza mercantil (Cf. Cobb 2000: 5) — tem vindo a ser substituída ou alargada a novas áreas, reflectindo o crescente reconhecimento da natureza multidimensional do conceito de qualidade de vida. Na verdade, este conceito compreende a abundância material e o conforto económico como componentes a não desprezar, mas não pode esquecer, ao mesmo tempo, os aspectos não materiais das condições de vida, como sejam as próprias apreciações que delas se faz, as condições sanitárias, os serviços e as condições de saúde, a família e as relações sociais ou, ainda, a qualidade do ambiente natural envolvente.

Englobando apenas as transacções monetárias da actividade económica, o PIB deixa de fora uma boa parte dos bens, serviços e actividades mais valorizados pelas pessoas, tendo vindo, apesar disso, a assumir “um estatuto totémico enquanto medida fundamental do sucesso económico” (Cobb, Goodman e Wackernagel 1999: 1). Ora o que está em causa, no que à qualidade de vida diz respeito, é o facto de o PIB ignorar a distinção entre as transacções monetárias que genuinamente contribuem para fomentar o bem-estar social e as que provocam a sua degradação. As transacções monetárias tomadas independentemente do seu sentido e do seu valor social, os impostos e taxas legais, os custos com a saúde e com os sistemas de segurança (advindos, por exemplo, do

crescimento das taxas de criminalidade) ou, ainda, os custos ambientais das actividades económicas são (nesta lógica) contabilizados como elementos potenciadores do nível de vida e do bem-estar social, independentemente de o mesmo crescimento económico não beneficiar toda a gente ou poder mesmo, eventualmente, agravar as desigualdades sociais.

Um genuíno indicador de progresso social, para utilizar a designação proposta por Cobb, Goodman e Wackernagel (*genuine progress indicator*), deverá, desde logo, fazer a distinção entre o que a generalidade dos cidadãos considera serem transacções económicas positivas e negativas, e ainda entre os custos sociais e ambientais associados à produção dos benefícios económicos e os benefícios propriamente ditos (*Ibidem*: 3).

É verdade que os defensores da economia do bem-estar (*welfare economics*) sempre reconheceram, desde Henry Sidgwick (1838-1900) e Arthur Cecil Pigou (1877-1959), que considerar o rendimento nacional como medida de bem-estar não significa ignorar a necessidade de uma repartição socialmente mais justa e equilibrada dos recursos existentes, nem implica desvalorizar a importância dos julgamentos de valor na análise económica. Contudo, a dificuldade de medir objectivamente essas dimensões levou a que se adiasse a proposta de indicadores capazes de as captar com rigor, justificando a aceitação pragmática do PIB *per capita* como uma aproximação razoável aos níveis de bem-estar social.

Por outro lado, várias das teorias do desenvolvimento económico dos anos 50 e 60 chamaram a atenção para o papel de factores como a formação do capital físico (R. Nurkse), a poupança (M. Dobb, W. A. Lewis), a distribuição do rendimento (N. Kaldor, J. Robinson), o comércio internacional (H. Myint, G. Haberler, J. Viner) ou o capital humano (T. W. Schultz) enquanto componentes cruciais do desenvolvimento. Mas também estas posições teóricas não levaram à produção de indicadores complementares ou alternativos ao PIB *per capita*. Mesmo autores como W. Arthur Lewis e Hans W. Singer, que se basearam nas teorias de T. W. Schultz para defender que o desenvolvimento social no seu conjunto — incluindo aspectos como a educação, a saúde, a fertilidade, etc. — constitui uma condição de crescimento através das melhorias de capital humano que proporcionam, não romperam em definitivo com a visão ‘economicista’, industrialista e objectiva de bem-estar, que identifica desenvolvimento com crescimento e industrialização¹.

Apenas nos finais da década de sessenta, num contexto em que as “lacunas de uma perspectiva puramente económica do desenvolvimento começavam a revelar-se por demais evidentes” (Berger-Schmitt e Noll 2000: 8), surgem novos enfoques sobre o conceito de qualidade de vida. Estas visões, mais globalizantes e integradores de perspectivas complementares, afirmam-se como alternativa à óptica, até então consensual, baseada nas dimensões materiais do bem-estar social.

Estas novas visões de qualidade de vida valorizam o envolvimento e a participação das populações no desenrolar da vida comunitária, sublinhando a importância das suas percepções e da sua capacidade de influenciar ou modificar o curso da vida comunitária,

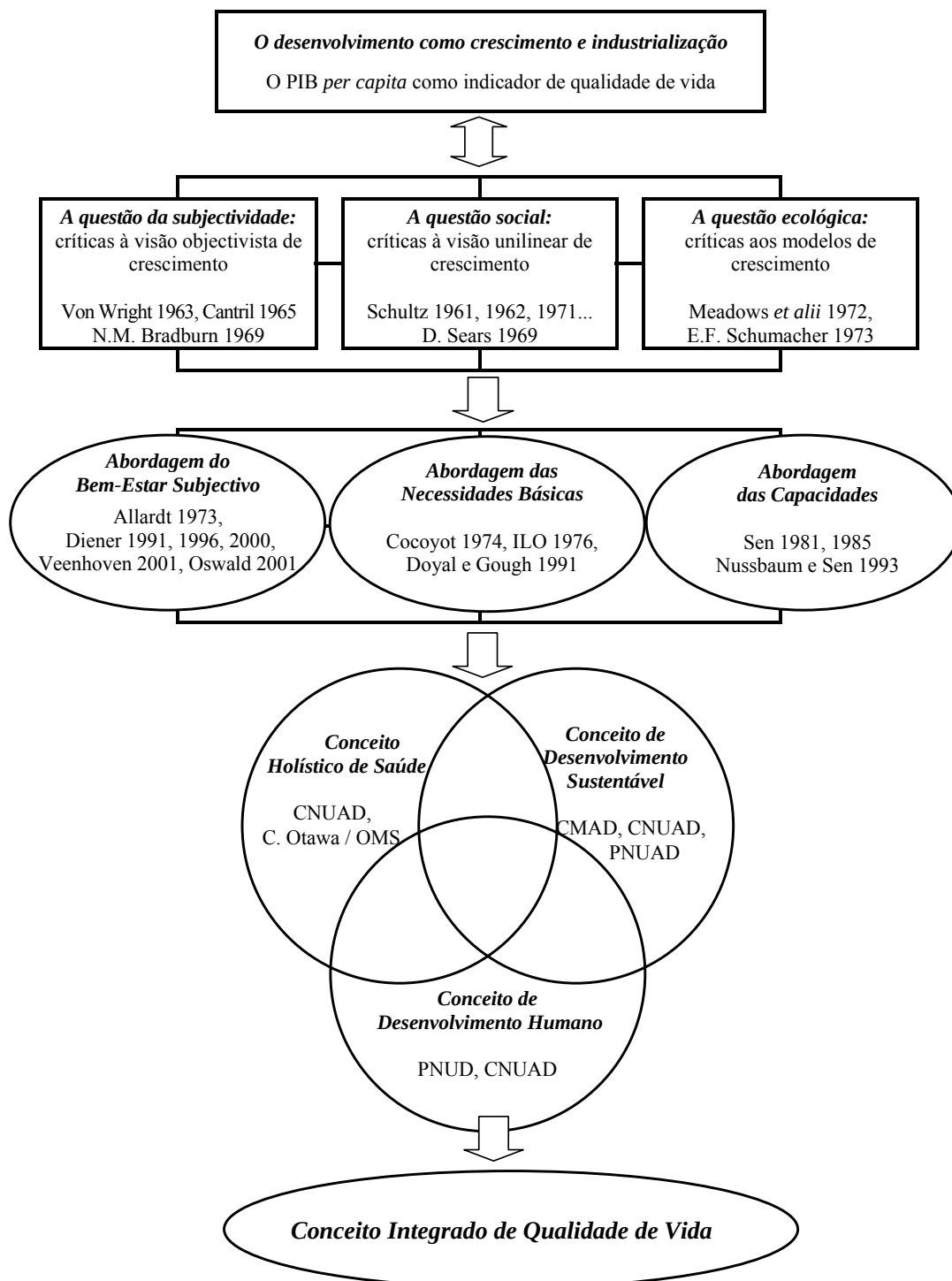
¹ Cf. a entrada temática “Economic Development” em www.cepa.newschool.edu/het.

e não esquecem o impacto dos actuais modos de desenvolvimento urbano nas condições de vida das populações. A investigação nesta área parece, então, reflectir uma reorientação geral em direcção a três aspectos principais:

- a) Necessidade de valorizar as *dimensões do bem-estar subjectivo*. Nesta perspectiva, trabalhos pioneiros da psicologia americana — datados da última metade dos anos sessenta — mostraram que o indicador PIB *per capita* dificilmente poderia ser utilizado para avaliar a qualidade de vida, na medida em que os indicadores subjectivos de bem-estar — índices de felicidade (componente afectiva) e de satisfação (componente cognitiva) — se relacionam de forma diferenciada com o grau de riqueza de distintos grupos ou países. Os contributos de autores como Von Wright (1963), Cantril (1965) e Bradburn (1969) revelaram-se decisivos para esta inflexão analítica.
- b) Necessidade de avaliar o desenvolvimento a partir de uma bateria mais alargada de indicadores, com um duplo objectivo: *integrar aspectos não estritamente económicos* (desemprego, pobreza, desigualdades, literacia, liberdade, etc.) e, simultaneamente, contemplar a *diversidade de situações culturais e institucionais existentes nos vários países do mundo*, ultrapassando, definitivamente, a visão linear do desenvolvimento desenhada a partir dos países ‘mais avançados’. Deste ponto de vista, as obras de Schultz (1961, 1962, 1971) e de Seers (1969) constituem marcos essenciais.
- c) Necessidade de integrar as preocupações de *sustentabilidade ambiental*, assumindo que a qualidade das condições ambientais e o desenvolvimento sócio-económico se condicionam mutuamente. Contesta-se, nesta perspectiva, o próprio modelo de crescimento dominante, invocando, sobretudo, argumentos relacionados com o inevitável esgotamento, a curto-médio prazo, de recursos de diversa ordem (naturais, agrícolas, etc.). A publicação de *Os Limites do Crescimento*, relatório do Massachusetts Institute of Technology realizado por encomenda do Clube de Roma (Meadows *et alii*: 1972), que defende a ideia de crescimento zero, ou, ainda, a obra de E. F. Schumacher (1973), que propõe uma inversão no sentido de valorizar a pequena escala e a dimensão local, abrem um novo domínio de reflexão crítica sobre os modelos futuros de crescimento e suas repercussões para o bem-estar e o futuro da humanidade.

Esta tripla reorientação teórica permite identificar algumas das principais frentes críticas à visão ‘economicista’ predominante até aos anos sessenta do século vinte. Embora parcialmente sobrepostas, e sofrendo, por vezes, influências comuns provenientes, por exemplo, do domínio da filosofia, essas frentes críticas traduzem, de certo modo, o essencial de um processo de crescente enriquecimento teórico e complexidade analítica com expressão no tipo de indicadores propostos para medir, acompanhar e avaliar a qualidade de vida.

Figura 1. Breve panorâmica das concepções teóricas subjacentes à produção de indicadores de qualidade de vida



De facto, e apesar da sua relativa autonomia, o desenvolvimento das três frentes críticas apresenta traços comuns: importância, numa fase inicial, de um reduzido número de trabalhos académicos pioneiros, que propõem os quadros analíticos, então inovadores, que virão a constituir-se como referências para as novas visões em emergência; impacte muito significativo, num segundo momento, de estudos técnicos apoiados no âmbito da actividade das Nações Unidas e das suas várias agências (Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, etc.), beneficiando da experiência teórica e empírica de consagrados especialistas internacionais, alguns deles académicos; e, por último, formulação de indicadores compósitos sucessivamente mais amplos e ambiciosos.

Parece legítimo afirmar que os conceitos hoje prevalentes — visão holística da saúde, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável — se sobrepõem de tal modo que se torna difícil manter as visões mais focalizadas que lhes deram origem. O texto que se segue procura, justamente, fornecer uma panorâmica geral dos principais contributos para a formulação daqueles conceitos, identificando as ideias mais importantes e alguns dos seus protagonistas mais influentes, de acordo com o roteiro analítico sumariado na figura 1.

2. Para além do rendimento: subjectividade, necessidades e capacidades

2.1. A importância do bem-estar subjectivo

Os estudos empíricos sobre o bem-estar subjectivo começam a desenvolver-se nos anos sessenta nos Estados Unidos — v.g., Cantril (1965), Wilson (1967), Bradburn (1969), tendo como intenção construir indicadores sociais susceptíveis de medir, de forma fiável, o bem-estar das pessoas segundo duas componentes: o grau de felicidade, baseado em experiências de afecto (emoções, sentimentos), e o grau de satisfação, baseado em experiências cognitivas (diferença entre aspirações/expectativas e resultados obtidos). Estes estudos abarcam os diferentes aspectos da vida quotidiana — saúde, família, emprego, nível de vida, lazer, etc., tendo sido, num primeiro tempo, desenvolvidos sobretudo por psicólogos. Rapidamente, contudo, outras disciplinas sociais se apropriaram desta visão para melhor complementar, compreender ou contextualizar as análises sobre qualidade de vida e bem-estar social, já que só as questões subjectivas “podem providenciar algum tipo de resposta sobre o comportamento e as preferências dos indivíduos” (Ferrer-i-Carbonell 2002: 16).

Diversos estudos têm procurado construir indicadores sintéticos de bem-estar, englobando, simultaneamente, as componentes afectiva (felicidade) e cognitiva (satisfação) e os múltiplos domínios da vida quotidiana. Inglehart (1990) pôde assim correlacionar, com base nos resultados obtidos em diversos países, o índice sintético de bem-estar subjectivo com o nível de riqueza, tendo obtido um valor ligeiramente superior a +.60 (in Oskamp e Schultz 1998: 54). Aliás, a distinção entre aspectos objectivos e materiais de bem-estar e aspectos subjectivos e imateriais da vida individual e social vinha, há muito, sendo teorizada por autores como Von Wright (1963) e Allardt (1973) (in Doyal e Gough 1991: 152).

No entanto, as percepções e avaliações individuais implicam, na generalidade, que os valores de um determinado índice de bem-estar subjectivo tendam a manter-se relativamente estáveis, sobretudo quando comparados com a intensidade das alterações entretanto ocorridas nas condições materiais. Esta situação deve-se, por um lado, ao alargar de expectativas, em termos de exigências, que tende a acompanhar, por exemplo, o acréscimo de rendimentos, e, por outro, à relatividade do conceito de bem-estar, que tem de ser visto num contexto relacional e social. Conforme relembra Ferrer-i-Carbonell (2002: 4), “O bem-estar individual subjectivo não acompanhará, forçosamente, um eventual aumento de rendimentos se esse aumento for generalizado ao grupo de referência onde o indivíduo está inserido”.

Ainda assim, há quem defenda que a produção deste tipo de indicadores sociais tem, entre outras, a vantagem de possibilitar estabelecer comparações tanto ao longo do tempo como entre grupos de referência, permitindo “identificar mudanças e tendências nos aspectos psicológicos e subjectivos” das pessoas (Oskamp e Schultz 1998:44). Diversos estudos longitudinais foram efectuados, num primeiro tempo sobretudo nos EUA (v.g., Campbell 1981, Andrews e Whithey 1976, Argyle 1996, etc.), mas mais tarde também na Europa (Veenhoven 1993, D.G. Blanchflower, A.J. Oswald e P.B.Warr 1996, Clark 1996a Praag e Baarsma 2000). Em ambos os casos verifica-se uma crescente incidência das análises comparadas de âmbito internacional (Veenhoven 1993, Diener, E. e R. Biswas-Diener 2000, Clarck A.E. 1996b, Inglehart e Klingemann 2000, Di Tella, MacCulloch e Oswald 2001).

A introdução de questões de âmbito subjectivo em numerosos inquéritos lançados um pouco por todo o mundo, levados a cabo pelas várias ciências sociais que de alguma forma se interessam pela qualidade de vida e pelo bem-estar social dos cidadãos, parece ter-se instalado definitivamente.

Em primeiro lugar, porque expõem a estrutura do bem-estar social e do bem-estar individual, contribuindo para uma melhor compreensão das preferências individuais e colectivas e para uma maior fiabilidade na previsão dos comportamentos.

Em segundo lugar, porque permitem a avaliação (ainda que indirecta) de muitas políticas sócio-económicas, ao mesmo tempo que alguns dos problemas sociais mais relevantes (v.g., o desemprego) podem ser avaliados através das suas consequências em termos de bem-estar individual e colectivo e das percepções subjectivas inerentes.

Em terceiro lugar, porque a identificação dos níveis de bem-estar social e de bem-estar individual (medidos enquanto bem-estar subjectivo) contribui para uma avaliação mais eficaz dos mecanismos de distribuição de recursos e das suas falhas e respectivas implicações.

E, finalmente, em quarto lugar, porque é da estrutura do bem-estar subjectivo que podem mais claramente deduzir-se as complementaridades e interdependências resultantes de um jogo que se desenrola no quotidiano entre as várias áreas da vida individual e colectiva, como o rendimento, o emprego, a família, a saúde, etc. (Cf. Ferrer-i-Carbonell 2002: 19).

2.2. Satisfazer as necessidades básicas

A abordagem das necessidades básicas surge como uma perspectiva alternativa do desenvolvimento que procura basear-se numa visão integrada de cada território, incluindo aspectos políticos, sociais, económicos e ecológicos. Os princípios da autonomia face aos grandes centros de decisão internacionais, de prioridade de satisfação das necessidades básicas específicas de cada comunidade e do eco-desenvolvimento estruturam um conjunto de acções e estratégias particularmente orientadas para regiões e países periféricos.

A declaração final do encontro organizado, em 1974, pela CNUCE/ONU em Cocoyoc (México) corresponde à primeira afirmação sistematizada desta nova visão de desenvolvimento, que viria mais tarde a ser designada por Abordagem das Necessidades Básicas. Seguem-se, durante a segunda metade dos anos 70, diversos estudos efectuados no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, de que se destacam *Meeting Basic Needs...* (ILO 1976a) e *Employment, Growth and Basic Needs...* (ILO 1976b), e a Conferência Mundial do Emprego levada a cabo no mesmo ano, tendo-se então estabelecido os princípios e um programa de acção para uma estratégia de desenvolvimento das necessidades básicas. Paralelamente, o francês Ignacy Sachs popularizou o conceito de *ecodesenvolvimento* (Sachs 1976), que procura articular estratégias de satisfação de necessidades básicas com questões ambientais no âmbito dos processos de desenvolvimento em áreas rurais.

Um grupo de especialistas internacionais, organizados em torno da Fundação Bariloche (Argentina), virá a desempenhar um papel essencial na disseminação desta nova doutrina de desenvolvimento e das práticas por ela aconselhadas. Este esforço de difusão é acompanhado por propostas de construção de novos indicadores de desenvolvimento, centrados na satisfação das necessidades básicas e sensíveis à complexidade de dimensões em que assenta a qualidade de vida (Cf. Doyal e Gough 1991).

Os patamares de exigência analítica vão-se, assim, elevando num ambiente ora de complementaridade ora de superação das insuficiências reveladas pelas várias escolas e abordagens. Neste contexto, se uma abrangência alargada implica maiores níveis de ambiguidade (dificultando o consenso sobre os significados do conceito de qualidade de vida), a inclusão de alguns elementos merece menor contestação (v.g., nutrição, saúde, educação, rendimento, emprego...). Ainda que, para muitos autores, este conjunto de elementos / indicadores estejam longe de ultrapassar um limiar básico e limitado (indispensáveis mas não suficientes) para dar conta de uma noção integrada de qualidade de vida, os partidários da “*basic needs approach*” defendem que é pela satisfação destas necessidades básicas que se constituem os meios necessários para atingir um patamar mínimo de qualidade de vida (*minimally decent life*) — definido em termos dos níveis atingidos na saúde, na satisfação de necessidades alimentares, no grau de literacia, etc., sendo condição *sine qua non* para que se atinja um pleno desenvolvimento da personalidade humana, quer ao nível físico, quer mental, quer social (Cf. Stewart 1996).

Como sublinha Frances Stewart, a relação entre os fins (a qualidade de vida) e os meios para o atingir (o consumo de bens e serviços) pode ser descrito como uma *metaproduction function*. Esta função, refere o autor, “é determinada por uma variedade

de factores, incluindo o local de residência, a idade, o género, a personalidade, as capacidades físicas, a instrução, o tipo de grupo doméstico, o nível de instrução, a combinação dos bens e serviços básicos disponíveis e suas características” (*Ibidem*: 55).

Apesar de, frequentemente, esta abordagem da qualidade de vida estar conotada com alguma dificuldade em dar conta de uma visão holística e integradora da vida social e do bem-estar social das comunidades, ela parece tornear com certo êxito as principais dificuldades colocadas por medidas mais centradas nos desempenhos económicos, como o PIB, adaptando-se, sobretudo, às condições dos países menos desenvolvidos, onde as necessidades básicas se mostram ainda longe de estar satisfeitas.

De facto, mais do que o rendimento ou o PIB interessa, para esta abordagem, a sua distribuição e o seu papel, sobretudo na medida em que afecta a capacidade de os indivíduos acederem aos bens e serviços necessários para atingirem os patamares mínimos de qualidade de vida. Neste caso, o alcance de patamares de qualidade de vida mais elevados relaciona-se directamente com: i) a distribuição de rendimentos entre os indivíduos e os seus padrões de consumo; ii) as prioridades determinadas nos orçamentos dos governos centrais e locais; e iii) as circunstâncias históricas que determinam a natureza do processo de incremento de qualidade de vida.

Assume-se, por outro lado (apesar da dificuldade em definir uma lista consensual aplicável às diferentes sociedades / comunidades), que algumas necessidades básicas (bens e serviços) são mais importantes do que outras e que só a sua satisfação pode dar sentido a outro tipo de necessidades menos primárias. Serão, por isso, essenciais para que se atinjam os almejados patamares de qualidade de vida (*minimally decent life*), criando as condições para uma disponibilidade efectiva de alimentos em quantidade e qualidade aceitáveis, serviços de saúde capazes de responder aos desafios locais e níveis de educação e formação que permitam às populações gozar estes e outros benefícios da vida moderna.

Finalmente, esta abordagem sublinha o papel tanto da oferta como da procura, realçando sobretudo o carácter central dos serviços públicos, que se tornam tão mais importantes quanto mais débeis forem os rendimentos e o nível de vida das populações. Para que as necessidades básicas sejam cabalmente satisfeitas é imprescindível que os bens e serviços básicos (v.g., serviços de saúde, ensino básico, serviços de água e saneamento, etc.), habitualmente dependentes dos poderes públicos, mas não só, sejam de acesso fácil e generalizado a todas as camadas sociais, independentemente do seu nível de rendimento (*Cf. Ibidem*: 48-52).

O *Índice de Qualidade dos Municípios – Carências*, criado pelo *CIDE – Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro*, surge, justamente, organizado numa pirâmide de três níveis diferenciados de necessidades, coincidentes com o grau de progresso intelectual, cultural e material evidenciado pelos diversos indicadores das várias áreas em análise (figura 2). No conjunto, a pirâmide dá conta da interdependência existente entre um nível de necessidades materiais (necessidades básicas) e um nível de realização pessoal (auto-satisfação e auto-desenvolvimento).

Trata-se, afinal, de reflectir sobre “a importância que se deseja conferir a cada um dos aspectos (dados) considerados. Às necessidades básicas do nível 1 será conferido peso maior do que àqueles dos níveis seguintes, conforme preceitua a hierarquia de Maslow” (CIDE 2001: 19). Inspirada no trabalho de Maslow (1954), esta medida compósita tem como objectivo determinar a distância entre as várias realidades municipais e um padrão ideal de sociedade assente nos valores da equidade e da cidadania, pilares fundamentais, segundo os autores, do desenvolvimento económico-social.

Figura 2. Pirâmide do Índice de Qualidade dos Municípios - Carências



O índice procura, assim, não só aferir os patamares atingidos de cidadania efectiva e de participação cívica, mas também as condições sociais existentes (condições de vida, oferta e acesso de bens e serviços) que permitem a sua manutenção ou florescimento, não esquecendo a actuação dos poderes públicos, da sociedade civil e da iniciativa privada, que, em conjunto, são corresponsáveis pelos desenvolvimentos sociais locais.

Nesta hierarquia de etapas, em que se avança para a satisfação de uma necessidade determinada quando outras mais elementares já foram satisfeitas, o nível das necessidades básicas (conceito alargado que, neste caso, inclui exigências próprias da modernidade) corresponde à base da pirâmide, terreno onde se garante a sobrevivência com dignidade e a criação de condições para passar à etapa seguinte. Como sublinha Frances Stewart, bens e serviços como saúde, nutrição ou educação são características básicas das condições de vida que: i) conseguirão muito provavelmente, enquanto necessidades humanas universais, um consenso alargado; ii) são geralmente consideradas prioritárias, porque da sua satisfação dependem as condições de desenvolvimento dos restantes aspectos da vida como, por exemplo, desfrutar da arte, da cultura ou do desporto; e iii) são relativamente fáceis de medir e monitorizar (Cf. Stewart 1996: 49).

O nível intermédio (aumento de oportunidades de ascensão social), por seu lado, resulta de indicadores que dão conta das facilidades de acesso a bens e serviços que, para além de suprirem as necessidades básicas, podem abrir caminho a uma maior mobilidade social, representando "oportunidades concretas (referentes a alguns diferenciais no desenvolvimento humano) que colocam o indivíduo no caminho de algumas realizações pessoais" (CIDE 2001: 18).

Finalmente, o nível mais elevado (auto-desenvolvimento e auto-satisfação) resultará de condições (idealmente ao alcance de todos) que permitem fomentar o desenvolvimento das capacidades individuais, de forma a garantir níveis mais intensos de auto-satisfação. Como referem os autores, "satisfação e motivação estão relacionadas ao suprimento das necessidades, desde aquelas consideradas básicas, como protecção e alimento, até às de estima e realização, passando pelas de segurança e por aquelas ligadas à vida social" (CIDE 2001: 18). Mais equidade e mais justiça social possibilitarão, por isso, mais prosperidade e, conseqüentemente, graus mais elevados de auto-satisfação e maiores níveis de auto-desenvolvimento.

Partilhando o interesse por áreas variadas que ultrapassam o domínio das necessidades básicas, Erik Allardt sublinha a existência simultânea de "necessidades básicas materiais e não materiais, [afirmando] que ambas devem ser consideradas num sistema de indicadores desenhado para captar os níveis efectivos de bem-estar numa determinada sociedade" (Allardt 1993: 89). Este autor propõe, assim, uma tipologia de necessidades que, de forma integrada e a partir de indicadores subjectivos (grau de satisfação pessoal) e de indicadores objectivos (baseados em observações externas), materializarão, em três dimensões, a qualidade e o nível de vida das populações:

a) Dimensão material (**having**), que inclui, por um lado, necessidades — de nutrição, de protecção contra as doenças, de defesa contra as condições adversas impostas pelo ambiente e pelo clima, etc. — imprescindíveis para a sobrevivência, cuja medição pode ser efectuada através de indicadores que dêem conta dos recursos económicos disponíveis, das condições de habitação, de emprego, de trabalho, de saúde, de educação, etc., e, ainda, de indicadores ambientais, cujo impulso é a afectação crescente das condições de vida das populações e que pretendem, em primeiro lugar, reflectir o grau e a natureza dos poluentes no ar, na água e nos solos e as suas repercussões sócio-económicas;

b) Dimensão sócio-afectiva (**loving**), de que se destacam as necessidades de pertença, de identidade e de relacionamento com os outros. Neste caso, o nível de satisfação de necessidades pode ser aferido pelos sentimentos de pertença e pelo grau de contactos sociais desenvolvidos ao nível comunitário, pelos laços e relações de amizade, familiares e de parentesco, pelas várias formas de participação no movimento associativo (v.g., cultural, desportivo, profissional). A evolução da intensidade e da qualidade das relações sociais e dos sentimentos de solidariedade social parece relacionar-se de forma estreita

com a mudança das condições materiais. Segundo o autor, “à medida que as condições materiais [incluindo as condições ambientais] se degradam, as relações de solidariedade ou de amor tendem a acompanhar este movimento” (*ibidem*: 91);

c) Dimensão de realização pessoal (***being***), que resulta da satisfação das condições anteriores e refere a necessidade de integrar objectivos pessoais e sociais, destacando a satisfação e a capacidade de os cidadãos influenciarem as decisões que, de uma forma ou de outra, afectam ou afectarão as suas vidas. O grau de realização pessoal e de participação na vida comunitária e o empenhamento por causas públicas e pelo bem comum, bem como a demonstração de vontade de proteger e desfrutar um ambiente físico e social aprazível, serão indicadores valiosos sem os quais dificilmente se poderá chegar a uma determinação fiável da qualidade de vida nas sociedades actuais, exigindo, por outro lado, um olhar atento às dimensões subjectivas que vêm adquirindo, como se viu anteriormente, uma importância crescente.

2.3. Promover as capacidades para a acção

Relegando para segundo plano a satisfação das necessidades básicas, mas centrando a atenção nas vantagens, em termos de aptidões individuais, que cada um consegue carrear para gerir de forma mais favorável as suas acções e o seu bem-estar, Amartya Sen elege como principal objectivo da sua abordagem da qualidade de vida avaliar a forma como as pessoas são capacitadas pela sociedade a imaginar, a desejar ou a sentir sentimentos e emoções como o amor e a gratidão, pressupondo que a vida é bem mais do que um conjunto de relações de natureza mercantil (Cf. Nussbaum e Sen 1993: 1).

O autor procura, assim, discernir que caminhos tomam os indivíduos para assumir as suas vidas, sem deixar de integrar as diversas áreas e condicionantes em que aquelas se desenrolam. Neste caso, não sendo indiferente, o rendimento representa apenas uma entre várias condições que permitem adquirir ou melhorar as capacidades individuais, até porque, como sublinha Sen, “a conversão do rendimento em capacidades básicas pode variar consideravelmente entre indivíduos e também entre diferentes sociedades” (Sen 1993: 41). Alarga-se, portanto, a análise a áreas menos formais e tradicionalmente menos exploradas, como:

- a) *a utilidade pessoal* (satisfação, prazer, felicidade ou realização de desejos...);
- b) *a opulência relativa ou absoluta* (disponibilidade de bens de consumo, rendimento, riqueza ...);
- c) *a avaliação das condições de liberdade* (direitos cívicos, protecção dos cidadãos, atentados à liberdade e meios disponíveis em sua defesa ...);
- d) *a igualdade de acessos e oportunidades* (igualdade no acesso a bens e serviços, distribuição de recursos ...) (Cf. Sen 1993: 30).

Esta abordagem (*capability approach*), virada para as dinâmicas de desenvolvimento, assenta na análise e avaliação dos processos de mudança social, tendo em conta a liberdade de escolha e o fortalecimento da capacidade de os indivíduos influenciarem os desenvolvimentos sociais que mais directamente se relacionam com o seu próprio percurso de vida, o qual resulta, por seu lado, de um conjunto de funcionalidades (*functionings*) e das várias combinações de funcionalidades possíveis que cada indivíduo pode assegurar.

Como refere o autor, os *functionings* representam as várias partes que, no conjunto, constituem o estado de aptidões pessoais e que se revelam, particularmente, naquilo que o indivíduo está apto a fazer ou a ser no desenrolar da sua vida. (Cf. *Ibidem*: 31). Estar de boa saúde, estar adequadamente nutrido ou ser instruído, são exemplos de um tipo particular de *functionings*, designados pelo autor por *beings*, enquanto a aptidão para agir ou desempenhar determinada tarefa (v.g., andar de bicicleta, jogar futebol, navegar na Internet) corresponde a um outro tipo de *functionings*: os *doings*. Assim sendo, tendo em atenção as potencialidades e os constrangimentos específicos que enformam determinada envolvente social, a liberdade de escolha de cada indivíduo resulta de um conjunto de capacidades desenvolvidas, as quais, por sua vez, decorrem das combinações de funcionalidades adquiridas, que variam desde um nível mais elementar, como as já referidas, até um nível mais complexo, como, por exemplo, ser feliz, tomar parte da vida da comunidade ou ser auto-confiante (Cf. Sen 1993: 36-37).

Se a abordagem das necessidades básicas sublinha a importância da disponibilidade de serviços públicos (v.g., água, saúde, educação, etc.) para atingir um limiar mínimo de qualidade de vida, a abordagem das capacidades de Sen tende a secundarizar essa disponibilidade de bens e serviços básicos, dando ênfase, por seu lado, à necessidade de acção pública no fomento de capacidades que, ainda assim, não deixam de depender em boa medida de características individuais. O objecto central de análise, neste caso, não são as funcionalidades (que poderíamos situar ao nível das condições / qualidade de vida) mas, sobretudo, as capacidades que decorrem de várias alternativas de combinações possíveis de *beings* e *doings*. Mais do que saber se os indivíduos estão bem nutridos ou bem instruídos, importa perceber que capacidades têm para fazer escolhas e ultrapassar constrangimentos. Neste caso, que capacidades têm para escolher e aceder a uma alimentação equilibrada e a uma educação de qualidade.

A dificuldade em observar directamente as capacidades para ser ou agir deste ou daquele modo impede, no entanto, que estas sejam o objecto de análise directo de grande parte dos projectos de pesquisa, deixando o campo aberto às funcionalidades, que se mostram bem mais palpáveis e mensuráveis. Tal só é possível porque, de acordo com o próprio Sen, se aos avanços adquiridos no espaço das funcionalidades corresponde um ponto particular (determinado nível de adequação), as capacidades resultarão da combinação de um conjunto desses pontos e das várias alternativas de escolha. Como defende o autor, “teremos de identificar apenas o valor de um conjunto de capacidades com o valor das funcionalidades adquiridas aí presentes” (1993: 38). Será esta a razão pela qual, segundo Frances Stewart, “na prática, grande parte do trabalho empírico de Sen se relaciona, sobretudo, com as funcionalidades” (Stewart 1996: 56).

Assim sendo, não haverá grande inconveniente em procurar avaliar o bem-estar social em termos de capacidades a partir de um determinado grupo de funcionalidades adquiridas. Pelo contrário, as vantagens de manter a perspectiva das capacidades relacionam-se com o facto de assim se garantir a avaliação não só dos avanços obtidos no bem-estar social, mas também da liberdade de escolha que lhes está subjacente. Se nos limitássemos às funcionalidades adquiridas, ignorando as capacidades e a liberdade de escolha, poderíamos confundir facilmente uma dieta mais rigorosa levada a cabo por alguém com recursos para evitar a fome, com a fome efectiva de alguém menos privilegiado. Se, como sublinha o autor, “estamos mais preocupados em eliminar a fome deste último é porque [mantendo-se os *functionings* em ambos os casos] o primeiro terá a capacidade de se alimentar convenientemente mas escolhe não o fazer, enquanto ao segundo falta tal capacidade” (Sen 1993: 45).

Mesmo que se partisse da ideia, defende o autor, de que os avanços no bem-estar social dependem exclusivamente dos avanços nas funcionalidades adquiridas, a liberdade de escolha individual que os antecede (*well-being freedom*) representará a liberdade para gozar ou desfrutar as várias formas de bem-estar associadas às diferentes funcionalidades presentes num determinado conjunto de capacidades (Cf. Sen 1993: 39). Actuar com liberdade e estar apto a fazer escolhas estão, por isso, intrinsecamente ligados aos ganhos no bem-estar social e na qualidade de vida, mesmo tendo em conta que essa liberdade não resulta apenas de uma vontade activa do indivíduo. A liberdade de viver de acordo com as escolhas de cada um, como refere Sen, não dependerá unicamente (ainda que desempenhem um papel central) da vontade e da actividade individuais. Estar livre da fome ou da malária, por exemplo, relacionar-se-á, em grande medida, com a eficácia dos serviços de segurança social e de saúde existentes, pelo que a liberdade pode ser, por esta via, “incrementada pelas políticas públicas que transformam o ambiente epidemiológico e social” (Sen 1993: 44), sem que tal comprometa o papel da vontade e da liberdade individuais para fazer escolhas.

3. As novas concepções de bem-estar e de desenvolvimento

3.1. Saúde humana: uma visão holística

No que à saúde diz respeito, e procurando dar conta da complexa trama de factores considerados pelas abordagens recentes nesta área, os indicadores de qualidade de vida tendem, cada vez mais, a incorporar valores sociais relacionados com a saúde e o bem-estar individual. Procura-se medir o estado da saúde (individual e colectiva), tendo em conta o grau de satisfação e as aspirações que, de uma forma ou de outra, surgem associados à presença / ausência de sintomas e limitações funcionais, não perdendo de vista, por outro lado, as apreciações dos desempenhos dos serviços públicos e as percepções das condicionantes externas (sociais, económicas, ambientais...) que afectam o bem-estar e interferem com o direito a uma vida sã e saudável.

O acordo gerado em torno da ideia de que a resolução dos problemas exige uma intervenção sobre as suas próprias causas, e não apenas sobre as suas manifestações ou efeitos, levou à adopção de abordagens sucessivamente mais abrangentes no domínio da saúde (física e mental), ocupando os estudos empíricos sobre bem-estar social um papel

fundamental. De facto, “muitos factores externos ao sistema de saúde propriamente dito — desde os comportamentos individuais menos saudáveis, passando pelo acesso livre a armas de fogo, até aos efeitos provocados por uma desigual distribuição de rendimentos — afectam o nível e as condições de saúde das populações” (US Congress, Office of Technology Assessment 1994: 1). A relação entre os problemas de saúde física e mental dos indivíduos e as envolventes ambiental, social e política que condicionam as suas vidas tem vindo, por isso, a ocupar uma posição cada vez mais decisiva nos diagnósticos, nas orientações gerais e nas acções estratégicas sobre saúde.

A relevância das relações de interdependência existentes entre a saúde e aspectos como, por exemplo, a pobreza, a qualidade ambiental ou o tipo de povoamento foi há muito sublinhada. Mas a Carta de Ottawa sobre Promoção da Saúde (1986) constitui, talvez, o primeiro documento estratégico com impacte internacional a defender, de forma estruturada, a necessidade de se adoptar uma visão alargada de saúde, capaz de integrar os vários tipos de envolventes que condicionam a sua evolução. Os princípios adoptados na Carta contribuíram de forma muito decisiva para generalizar a ideia de que a promoção da saúde não constitui um objectivo da exclusiva responsabilidade dos vários agentes do sector.

A convicção de que a saúde humana depende das condições mais gerais prevalentes nas áreas de residência e de trabalho, e ainda a constatação de que as cidades ocupam uma importância crescente nas sociedades contemporâneas, estiveram, aliás, na base de uma iniciativa inovadora da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde, o projecto das Cidades Saudáveis. Iniciado em 1986, procurando transformar os princípios de ‘saúde para todos’ em práticas aplicadas ao nível local com o objectivo de melhorar o bem-estar ambiental, físico, mental e social das populações que residem ou trabalham em cidades, o projecto foi formalmente lançado em 1988, envolvendo 11 cidades que aceitaram o repto de demonstrar em que medida as novas abordagens de saúde pública e os princípios de ‘saúde para todos’ consagrados na Carta de Otawa podem suscitar práticas e processos de desenvolvimento positivos ao nível local.

Prosseguindo uma linha de expansão de princípios já delineados, em 1989, na Primeira Conferência do Ambiente e da Saúde, organizada pela delegação regional europeia da OMS em Frankfurt, foi adoptada a Carta Europeia do Ambiente e da Saúde, à luz, como se refere no seu preâmbulo, “da estratégia da OMS ‘saúde para todos’ e do relatório da Comissão do Ambiente e Desenvolvimento (WCED) da ONU” (WHO 1989). Nesta conferência, como nas duas seguintes (Helsínquia, 1994, e Londres, 1999), a Comissão Europeia participou como membro de pleno direito, tendo vindo, posteriormente, a apoiar de forma activa a partilha de experiências e de resultados alcançados neste domínio, sem descuidar a necessidade de agir para ultrapassar os, ainda, muitos problemas persistentes nas áreas da saúde e do ambiente.

Desta expansão do movimento das cidades saudáveis e da concretização de numerosos projectos com base nos seus princípios resultaram implicações relevantes ao nível da definição de indicadores e de instrumentos de medida da qualidade de vida. Por um lado, todas as cidades envolvidas se comprometeram a elaborar um Perfil de Saúde, isto é, um relatório de caracterização da saúde da população e das condições ambientais e sociais que a afectam positiva ou negativamente, de acordo com as orientações presentes no guia

City Health Profiles, preparado pelo departamento das Cidades Saudáveis da OMS (WHO 1995). Por outro lado, foi publicado um guia complementar (Garcia e McCarthy 1996) onde se inventariam e discutem distintos instrumentos de medida de factores que afectam a saúde: qualidade de vida, comportamentos face à saúde, ambiente e contexto sócio-económico.

O Projecto das Cidades Saudáveis terminou recentemente o terceiro ciclo (1998-2002) de sucessivos períodos de cinco anos, apoiando políticas e programas baseados nos princípios de ‘Saúde para Todos’ e da Agenda 21 Local. Na conferência internacional sobre cidades saudáveis realizada em Atenas no mês de Junho de 1998 foi assinada, por representantes de mais de 100 cidades europeias, a *Declaração de Atenas para as Cidades Saudáveis*. A melhoria da saúde ao nível local surge aqui inequivocamente associada aos princípios da equidade, sustentabilidade, cooperação intersectorial e solidariedade. Também neste caso, saúde e desenvolvimento sustentável integram um corpo comum cada vez mais vasto de princípios, estratégias e instrumentos. Não surpreende, por isso, a forte convergência que se verifica entre o Projecto das Cidades Saudáveis patrocinado pela OMS e o Projecto das Cidades Sustentáveis (ver ponto 3.3) instituído pela Comissão Europeia.

Esta visão de saúde aberta a factores externos teve impactes noutros sectores, que começam a incorporar explicitamente questões de saúde nos seus instrumentos de planeamento.

A conferência de Sundsvall (1991) sobre *Supportive Environments for Health* examinou esta dupla relação — influência da saúde noutros sectores, como a habitação ou as condições de trabalho, e modo como o planeamento sectorial pode levar em consideração aspectos relativos à saúde (Haglund *et alii* 1996), reforçando as abordagens intersectoriais com incidência na saúde. Por sua vez, a Cimeira do Rio (1992), com a adopção do conceito de desenvolvimento sustentável e a proposta de um programa de acção posteriormente concretizado através da Agenda 21, cimentou esta visão alargada e holística de saúde. O Capítulo 6 da Agenda 21, elaborado com a participação da OMS, identifica de forma explícita a protecção e promoção da saúde humana como um dos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável, prescrevendo uma estratégia de acção que inclui cinco áreas prioritárias a discriminar positivamente: “a) satisfação dos cuidados de saúde primários, especialmente nas áreas rurais; b) luta contra as doenças transmissíveis; c) protecção dos grupos vulneráveis; d) saúde das populações urbanas; e) redução dos riscos para a saúde causados pela poluição e pelas disfunções ambientais” (CNUAD 1992: 48).

A partir de agora, as questões ambientais, da saúde e do desenvolvimento são consideradas indissociáveis, não só do ponto de vista analítico mas, mais importante do que isso, em termos de acção (WHO 1998). Neste contexto, as propostas de indicadores susceptíveis de acompanhar e avaliar as várias intervenções de promoção da saúde não podem deixar de se aproximar das sugestões surgidas no âmbito mais geral do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável.

3.2. Desenvolvimento humano: necessidades básicas e liberdade de escolha

Desenvolvido originariamente por Miles (1985), o conceito de desenvolvimento humano veio a tornar-se numa peça importante para a avaliação do bem-estar e da qualidade de vida através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A visão defendida, que se pretende uma perspectiva integradora da qualidade de vida, parte do pressuposto de que o bem-estar dos cidadãos é o campo fértil onde os objectivos do desenvolvimento melhor podem germinar, tanto mais que, vistas como recurso essencial do desenvolvimento económico, as pessoas são a verdadeira riqueza das nações. O objectivo central do desenvolvimento é, por isso, criar um ambiente de onde brotem as condições para uma vida saudável e criativa.

A satisfação das necessidades básicas (nutrição, saúde, rendimento, acesso a bens e serviços, etc.), por um lado, e o fortalecimento das capacidades de escolha e de intervenção cívica dos cidadãos (educação / formação, liberdade política, respeito pelos direitos humanos, etc.), por outro, surgem, assim, como condição *sine qua non* para que tal situação se possa concretizar, e tornam óbvia a partilha de elementos presentes na abordagem das necessidades básicas e, sobretudo, na abordagem das capacidades. Não surpreendentemente, como refere Stewart (1996: 57), “os autores mais importantes das duas escolas têm vindo a desempenhar o papel de consultores no PNUD”, destacando-se, em particular, a influência de Amartya Sen e da sua abordagem das capacidades.

Apesar das críticas com origem em defensores tanto da abordagem das Necessidades Básicas como da abordagem das Capacidades — rejeita-se, sobretudo, a forma como é utilizada a informação disponível sobre o rendimento, que, por questões pragmáticas ligadas ao tipo de dados existentes, leva a esquecer as desigualdades resultantes da sua distribuição pela população, o grande mérito do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)² assenta no seu nível de aplicabilidade e comparabilidade, que permitiu, sem deixar de levar em conta aspectos cruciais do desenvolvimento, uma avaliação mais integrada do bem-estar e da qualidade de vida por todo o mundo e o reconhecimento internacional das suas potencialidades como medida alternativa credível ao PIB *per capita*.

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) surgiu “numa altura em que as preocupações com os equilíbrios orçamentais se afiguravam como uma prioridade internacional mais importante do que as preocupações relacionadas com as pessoas” (UNDP 2001a). Procurando inverter esta tendência, colocando o crescimento económico no seu devido lugar (factor importante, mas que deve ser visto enquanto meio para atingir os fins humanos), “o conceito de Desenvolvimento Humano tem vindo a ser permanentemente melhorado através da integração continuada de novos aspectos e factores de desenvolvimento” (equidade, sustentabilidade, produtividade, *empowerment*),

² Calculado com base em três sub-índices: índice de esperança de vida; índice de instrução; índice do PIB *per capita* ponderado.

como fica patente nas consecutivas edições anuais do Relatório de Desenvolvimento Humano (Berger-Schmitt e Noll 2000: 25).

Os RDH anuais, que para além de classificarem 173 países de acordo com o seu nível de Desenvolvimento Humano (medido através do IDH) incluem em cada uma das edições um aprofundamento de determinadas áreas temáticas relevantes para o desenvolvimento (cujas debilidades e potencialidades são assinaladas de forma a promover o progresso das nações em direcção às metas e aos compromissos assumidos pelos líderes mundiais), têm vindo a provocar, segundo o próprio PNUD, “um diálogo público alargado acerca das várias dimensões da pobreza e das desigualdades, dos direitos das mulheres e da liberdade política, e das repercussões da globalização” (UNDP 2001a).

Em 1990 (ano de lançamento do projecto em que se propõe o IDH como medida integradora do processo de desenvolvimento) publicou-se um primeiro relatório que, para além de discutir o significado da medição do desenvolvimento humano e da proposta do novo índice, aprofundava, sobretudo, a forma como a liberdade de escolha pode ser incrementada no processo de interacção entre economia e desenvolvimento. No ano seguinte, em 1991, o relatório deixa clara a ideia de que a vontade e o comprometimento políticos (mais do que a disponibilidade de recursos financeiros) são factores centrais para conseguir o desenvolvimento humano (considerado de acordo com as reflexões do ano anterior) e minorar as dificuldades do subdesenvolvimento.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) teve importantes implicações no relacionamento (e sua avaliação) da sociedade com o ambiente. O conceito de sustentabilidade foi adoptado como uma dimensão inquestionável do bem-estar e da qualidade de vida, sublinhando-se a necessidade de promover a equidade intra e inter-geracional e o uso sustentável de recursos. O ano de 1993, por sua vez, foi ocasião para sublinhar a importância do conceito de *empowerment*. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano desse ano, o Desenvolvimento Humano depende, para além de outros factores, da capacidade de as populações influenciarem e participarem em actividades e decisões (políticas, económicas, sociais) que lhes dizem directamente respeito. Em 1994, por seu turno, estiveram em foco as novas dimensões da segurança. Equacionou-se a segurança das pessoas mais do que a segurança dos territórios, fazendo uso da arma mais apropriada: o desenvolvimento.

A meio da década de noventa (1995) ganha relevo a questão da equidade entre géneros. Defende o relatório desse ano que, sem uma acção concertada que a possa tornar efectiva, dificilmente se poderá falar em níveis aceitáveis de desenvolvimento humano, ferido de uma desigualdade que persiste mesmo nos países do Ocidente. Cinco anos após a Cimeira da Terra (CNUAD), em 1996, reconhece-se que, apesar das críticas (sobretudo às suas formas), o crescimento económico é globalmente necessário, salientando-se, no entanto, que o crescimento só por si não corresponde a desenvolvimento. Importante será, sobretudo, a qualidade desse crescimento. Já em 1997 se realça a relação entre Desenvolvimento Humano e a necessária e possível erradicação da pobreza. “Erradicar a pobreza no mundo em geral é mais do que um imperativo moral, é uma possibilidade prática”, defende-se na apresentação do relatório deste ano.

No relatório de 1998 as atenções viram-se para os altos níveis de consumo e de produção que o potencial tecnológico possibilitou. Uma maior equidade na distribuição desses benefícios tecnológicos e, por consequência, do consumo em geral, permite vislumbrar oportunidades reais para um efectivo desenvolvimento humano, também ele mais equitativo. No ano seguinte, em 1999, o tema de referência do relatório do PNUD é “a globalização com face humana”. Os mercados globais, a tecnologia global, as ideias globais e uma solidariedade global podem tornar-se factor de enriquecimento da vida dos povos de todo o mundo. O desafio é, por conseguinte, que os benefícios da globalização não se limitem às zonas e aos grupos mais privilegiados do globo, mas que alastrem de forma equitativa.

No fim do milénio, em 2000, os direitos humanos surgem como parte intrínseca do processo de desenvolvimento, o qual, por sua vez, é visto como um meio para tornar os direitos humanos uma realidade universal. Por seu lado, o relatório de 2001 começa com uma chamada de atenção para as novas tecnologias. Segundo este relatório, as novas tecnologias estão a transformar o panorama tradicional do desenvolvimento, alargando horizontes e criando dinâmicas e potenciais de progresso e desenvolvimento sem paralelo no passado. Em 2002 realça-se a ideia de que a democracia política é tão importante para o sucesso do desenvolvimento quanto o progresso económico. Se é verdade que a diminuição da pobreza requer maior equidade no crescimento (sobretudo na distribuição dos seus benefícios), ela não dispensa, no entanto, o controlo popular do poder político assente em formas aprofundadas de democracia política.

Na sua publicação de 2003, o relatório identifica objectivos, estratégias e metas que contribuam para a concretização da Declaração Milénio, aprovada na Cimeira das Nações Unidas de Setembro de 2000. O relatório defende a necessidade de um pacto entre as nações para eliminar a pobreza humana, e aponta oito grandes objectivos de desenvolvimento: erradicar a fome e a pobreza extrema; universalizar o acesso ao ensino primário; promover a equidade entre géneros e a emancipação da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater a Sida, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental e, por último, desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento. Confirma-se, assim, a visão ampla e sistémica subjacente ao conceito de desenvolvimento humano que os sucessivos relatórios têm vindo a sedimentar.

Vários estudos têm igualmente produzido importantes contributos para a concepção de sistemas de indicadores de desenvolvimento humano, na óptica da qualidade de vida e do bem-estar. Embora com orientações teóricas e metodológicas distintas quer em relação ao IDH quer entre si, estas diversas propostas têm ajudado a *naturalizar* a concepção multidimensional da qualidade de vida, trazendo o debate para um patamar que já nada tem a ver com o contexto prevalecente até há cerca de duas décadas. De entre esses vários estudos, dois merecem uma menção especial.

Henderson, Lickerman e Flynn (2000), num trabalho baseado na realidade dos EUA, identificam doze domínios de qualidade de vida. Para cada um deles é apresentado um modelo analítico que procura esclarecer os processos e as tendências prevalecentes. É à luz desse modelo que são seleccionadas as variáveis consideradas pertinentes, existindo um “indicador” por domínio. A visão sistémica é assegurada não só no interior de cada

domínio, mas também entre domínios (relação entre os vários “indicadores”). Os autores recusam-se, no entanto, a produzir indicadores compósitos, que consideram analiticamente enganadores. Os chamados indicadores de qualidade de vida Calvert-Henderson, realizados por uma equipa multidisciplinar, inscrevem-se na tendência histórica de criação de indicadores (ambientais, sociais, económicos) como forma de organizar, sintetizar e analisar grandes quantidades de informação estatística, mas adoptam definitivamente uma visão sistémica, não sectorial, da qualidade de vida.

Mais comparável com o IDH, porque igualmente concebida para confrontar os vários países do planeta, é a visão defendida por Robert Prescott-Allen (2001) sobre o que designa como bem-estar das nações. O autor constrói dois índices básicos, um que mede a “qualidade de vida” (índice de bem-estar humano) e outro que mede a “qualidade dos ecossistemas” (índice de bem-estar dos ecossistemas). A conjugação destes dois índices permite a construção de um índice de bem-estar, que posiciona cada um dos países a partir dos resultados obtidos nos dois índices anteriores. Este estudo, metodologicamente muito interessante, demarca-se sob vários aspectos da perspectiva subjacente ao IDH: “The primary aim of the HDI is to measure distance from deprivation: how far societies are from having nothing. The HWI (Human Wellbeing Index) tries to measure distance from fulfillment: how close societies are to the good life” (Prescott-Allen, 2001:18). Por outro lado, ao relacionar, em pé de igualdade, as dimensões de qualidade de vida (bem-estar humano) e de qualidade dos ecossistemas (bem-estar dos ecossistemas), a visão defendida por Prescott-Allen inscreve-se, de forma clara, nas preocupações de desenvolvimento sustentável, que serão lembradas no ponto seguinte.

3.3. Desenvolvimento sustentável: assegurar o futuro

A natureza polissémica do actual conceito de ambiente resultará, certamente, da multiplicidade de aplicações que perpassam a vida social e as suas relações com as condições físicas que a suportam. Trata-se de um domínio que conhece, desde os finais dos anos sessenta, uma expansão globalizadora sem precedentes, impulsionada “pela urgência e pela crescente relevância social e política dos problemas respeitantes à relação sociedade / ambiente” (Mela *et alii*: 9). Se, no processo de progressiva relevância social, a edição de *Os Limites do Crescimento*, em 1972, se tornou um marco importante, foi, no entanto, a partir da publicação do relatório Brundtland em 1987 — editado em Portugal sob o nome de “O Nosso Futuro Comum” (CMAD 1991) — que o conceito de desenvolvimento sustentável se afirmou definitivamente nos meios científicos, nos *media* e na opinião pública mundial, resgatando o ambiente para o lugar de destaque que ainda hoje mantém.

O percurso que desde esta altura foi percorrido testemunha um interesse partilhado pelas perspectivas integradoras desenvolvidas pelo PNUD (Desenvolvimento Humano) e pelo PNUAD (Desenvolvimento Sustentável).

É o próprio PNUD que realça “a necessidade de se proceder a uma estratégia holística de desenvolvimento, em que as questões ambientais sejam uma componente integrante dos esforços para reduzir a pobreza e conseguir um crescimento equitativo e sustentável”

(UNDP 2001b). Se a perspectiva do Desenvolvimento Humano sublinha a necessidade de promover as condições que permitam estimular a capacidade de escolha e de intervenção das populações (através da melhoria de factores sociais, económicos, institucionais e ambientais), o conceito de Desenvolvimento Sustentável, realçando a importância das questões ambientais para a continuidade das condições do desenvolvimento, não esquece os factores económicos e sociais como parte integrante desse processo.

O Desenvolvimento Sustentável é, como se afirma em *O Nosso Futuro Comum*, “o desenvolvimento que dê respostas às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às delas” (CMAD 1991: 54). A sustentabilidade é, assim, vista como um processo em evolução, onde os investimentos económicos realizados, as opções de exploração e distribuição de recursos naturais e as necessárias alterações nas instituições se querem consistentes com a preservação das condições ecológicas e a satisfação de necessidades essenciais dentro de um quadro de equidade intra e inter-geracional. Citando mais uma vez o Relatório Brundtland, “um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endémicas será sempre dado a crises ecológicas e de outras índoles” (*Ibidem*: 55).

O desenvolvimento sustentável implica, portanto, uma reorientação nos objectivos das políticas económicas que aproxime a humanidade, no seu conjunto, da possibilidade de satisfazer as aspirações de uma vida melhor sem comprometer o futuro. Neste sentido, como sugere Prescott-Allen, a sustentabilidade não será mais do que uma outra forma de nos referirmos ao equilíbrio de “uma vida boa”, combinando o bem-estar social com o bem-estar ecossistémico de que depende o primeiro (*Cf.* ECSP 2001).

Desde a Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992 — Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) — que a questão da sustentabilidade ganhou renovada importância e se tornou um dos objectivos centrais das políticas de desenvolvimento levadas a cabo pela ONU. De facto, um dos propósitos centrais da Cimeira foi, desde a sua preparação, procurar formas de reconciliar as exigências de desenvolvimento social e económico com a necessidade de preservação dos recursos naturais e das condições ambientais. Assim, a declaração final adoptada no Rio decorre de um conjunto de princípios fundamentais, que possibilitaram o início de uma vasta cadeia de actividades de investigação em torno do conceito de desenvolvimento sustentável com o objectivo de o tornar mais operacionalizável e mensurável (*Cf.* Berger-Schmitt e Noll 2000: 21), nomeadamente através da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS/ONU).

Da integração e ponderação dos vários aspectos ou dimensões resultarão indicadores de desenvolvimento sustentável na total abrangência do conceito (DGA-DSIA 2000: 8). Segundo as últimas propostas, quatro dimensões fundamentais contribuem para o conceito de desenvolvimento sustentável, interagindo numa dinâmica de interdependências que implica que qualquer alteração ou desenvolvimento numa delas se repercutirá sempre, de algum modo, nas restantes:

- a) Dimensão institucional: funcionamento e estrutura das instituições, entendidas quer na vertente mais clássica, normalmente de cariz estatal ou para-estatal, quer na vertente de intervenção cívica e da sociedade civil (*v.g.*,

Organizações Não Governamentais - ONG), quer ainda no campo do sector privado e das empresas;

b) Dimensão económica: conseguir o progresso económico sem pôr em causa a sua base de sustentação (condições de vida das populações e recursos naturais). Para tal, o desenvolvimento económico terá que basear-se num uso mais racional e eficiente das matérias-primas e dos recursos naturais em geral e, simultaneamente, manter estruturas e capacidades sociais que possibilitem a actividade produtiva;

c) Dimensão social: a melhoria das condições sociais implica uma generalização a toda a humanidade (incluindo as gerações futuras) de patamares de bem-estar social e condições de vida dignos mas conciliáveis com a preservação de recursos. Trata-se, afinal, de promover a igualdade de oportunidades e uma distribuição mais equitativa dos recursos, do bem-estar e da qualidade de vida. O desenvolvimento social será tanto mais sustentável quanto maior for o uso eficiente, equitativo e racional dos recursos, pelo que a mudança de comportamentos se tornou um dos principais objectivos;

d) Dimensão ecológica: refere a conservação da base de sustentação da vida no planeta e, consequentemente, da própria sociedade humana. Estão envolvidas, neste caso, a protecção ambiental, a preservação da biodiversidade, a limitação da poluição ambiental e a gestão equilibrada de recursos renováveis e não renováveis. Pretende-se que as capacidades de carga e de regeneração do planeta sejam levadas em conta, sublinhando os limites que, a serem ultrapassados, poderão pôr em causa as possibilidades de desenvolvimento económico e social e, em última análise, a sobrevivência da própria humanidade.

(Cf. Berger-Schmitt e Noll 2000, DGA-DSIA 2000)

O projecto “Cidades Europeias Sustentáveis” (Comissão das Comunidades Europeias, Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, 1994) surge como uma forma de passar da teoria à prática. Conforme se refere no prefácio do seu primeiro relatório, trata-se de uma “iniciativa do Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano, instituído pela Comissão Europeia em 1991 no seguimento da publicação do *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*”. A finalidade deste grupo, constituído por representantes nacionais e peritos independentes, é articular de forma mais explícita os princípios e os objectivos ambientais com as estratégias e os instrumentos de intervenção nos espaços urbanos. O ambiente urbano torna-se, assim, um alvo privilegiado da política ambiental da Comunidade, reforçando-se, ao mesmo tempo, a articulação entre o ambiente, o planeamento urbano e o ordenamento do território³.

O grupo de peritos lançou em 1993 o Projecto das Cidades Sustentáveis, inicialmente para o período 1993-1995. Em 27 de Maio de 1994 é aprovada a Carta das Cidades

³ Este primeiro relatório do Grupo de Peritos acolhe, significativamente, recomendações expressas no documento *Europa2000+: Cooperação para o Desenvolvimento Territorial Europeu* (Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 1994), então ainda não editado.

Europeias para a Sustentabilidade na primeira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg (Dinamarca).

No relatório editado em 1994 propõem-se estratégias de desenvolvimento urbano sustentável em três áreas-chave — economia urbana; ordenamento do território; mobilidade e acessibilidade — e apontam-se os principais contornos de uma gestão urbana integrada e sistémica visando a sustentabilidade. O recurso a indicadores de sustentabilidade constitui, neste contexto, um instrumento essencial da gestão urbana. Reconhece-se, no entanto, que a natureza inovadora e relativamente abstracta do conceito de sustentabilidade implica um processo particularmente cuidado, explícito e transparente de definição de indicadores de sustentabilidade.

Tendo como referência os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Estratégia Ambiental da Administração Regional de Hertfordshire (CAG/LUC 1993) e do Instituto do Ambiente de Estocolmo (Jackson e Marks 1994), são identificados três tipos de indicadores: de acção (medida das acções que foram empreendidas), ambientais (medida do estado do ambiente físico e das transformações por ele sofridas) e de impacte (medida dos impactes humanos no ambiente). A constatação de que se verificam relações muitas vezes contraditórias entre os indicadores de sustentabilidade ambiental e os indicadores de bem-estar social levou ainda este grupo de peritos a defender a necessidade de serem deduzidos indicadores complementares específicos, relativos às “opções mais sustentáveis em termos de estilos de vida” (p. 66). Este grupo sublinha, por último, a vantagem de incluir indicadores de sustentabilidade ambiental nos indicadores, mais gerais, de desempenho de acções com financiamento público e, ainda, de associar os indicadores de sustentabilidade a metas qualitativas relevantes do ponto de vista das estratégias de desenvolvimento sustentável.

O lançamento do projecto Cidades Europeias Sustentáveis enquadra-se num contexto internacional mais geral, em que os espaços urbanos são valorizados como alvo estratégico de intervenções que visam a promoção das condições de desenvolvimento e de bem-estar das populações. Deste ponto de vista, sobressaem, em especial, as seguintes iniciativas: projecto Cidades Saudáveis, da Organização Mundial de Saúde (1986); programa das Cidades Sustentáveis, do Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos/Agenda Habitat (1990); Programa de Gestão Urbana, do PNUD/Banco Mundial/CNUAH; Programa Urbano da OCDE, etc. A articulação crescente destes diversos programas com a Agenda 21 Local reforça a convergência existente entre eles: o processo de unificação e globalização da agenda política do desenvolvimento, marcado por sucessivas conferências e cimeiras mundiais, é agora incontornável. E esta tendência terá impactes evidentes na identificação dos indicadores de qualidade de vida.

4. Para um conceito integrado de Qualidade de Vida: explorar a encruzilhada de perspectivas

A conceptualização da qualidade de vida emerge, assim, numa conjunção de dimensões qualitativas e subjectivas que se desenrolam tanto ao nível individual (v.g., grau de satisfação com a vida, felicidade, percepções de bem-estar e de saúde) como colectivo (v.g., capacidade de participação cívica, capacidade de influenciar os desenvolvimentos sociais). E abarca dimensões quantitativas e objectivas, que condicionam e circunscrevem a vida individual (v.g., grau de instrução, literacia, rendimento, acesso a bens e serviços) e a vida colectiva (v.g., condições ambientais, condições sócio-económicas, disponibilidade de bens e serviços públicos, desempenho dos sistemas de segurança social, nível de desemprego).

Sistematizando, e de acordo com Trevor Hancock, o conceito de qualidade de vida será, porventura, melhor entendido a partir da matriz do quadro 1.

Quadro 1. Componentes da qualidade de vida

	Nível Individual	Nível da Comunidade
Subjectivas/Qualitativas (percepções)	Percepções sobre a própria vida e seus condicionalismos	Percepções sociais sobre a comunidade e o grau de participação e capacidade de influenciar as decisões sobre os desígnios de cada comunidade
Objectivas / Quantitativas (condições)	Status funcional, grau de instrução, literacia	Condições ambientais, sociais e económicas, saúde pública e desempenhos das políticas públicas

in Hancock 2000: 3

Trata-se de um conceito dinâmico e multidimensional, que nas várias versões possíveis procura integrar não só as condições e as formas de adequação às circunstâncias materiais (dimensões objectivas) como as percepções individuais e colectivas dessas mesmas circunstâncias (dimensões subjectivas), dando ênfase à qualidade em detrimento da quantidade e incluindo componentes da qualidade de vida simultaneamente tangíveis e intangíveis, objectivas e subjectivas, individuais e colectivas (Cf. Gössweiner, Pfeiffer e Richter, 2001, Cobb, 2000, Berger-Schmitt e Noll, 2000).

Daí que a origem das dimensões que hoje se procura operacionalizar, numa tentativa permanente para melhor avaliar a realidade e melhor contribuir para o incremento da qualidade de vida, se vislumbre numa intrincada rede de contribuições que recuam a meados do século passado, conforme se sublinhou nas páginas anteriores.

Tendo presente esta panóplia de contributos, propomos um *conceito integrado de Qualidade de Vida* que possibilite medir, comparar e avaliar os desenvolvimentos que, ao nível da qualidade de vida e do bem-estar das populações, se vêm desenrolando nas comunidades.

A abordagem da qualidade de vida que aqui se sugere parte, portanto, da integração de reflexões já realizadas por um conjunto de perspectivas alargadas, assentes nos conceitos de Desenvolvimento Holístico da Saúde, Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de uma escolha assumida que deixará, forçosamente, de fora outras abordagens e pontos de vista com relevância para a compreensão desta questão. Pensa-se, no entanto, que este quadro de análise propõe uma imagem suficientemente global e integradora dos constrangimentos e das potencialidades que enformam a qualidade de vida das nossas comunidades.

PARTE 2

QUALIDADE DE VIDA: COMO MEDIR?

5. Medir a Qualidade de Vida: critérios de selecção e modelos de sistematização de indicadores

5.1. *Definir indicadores de qualidade de vida*

Tratando-se de “medidas (ou conjuntos de medidas agregadas) a partir das quais podemos seguir a evolução de determinados fenómenos ou fazer comparações com valores de referência (v.g., objectivo político, valor limite, valor guia)” (BRES 2000:1), com o objectivo de conseguir um quadro global e integrado da realidade, a definição de uma bateria de indicadores resume a informação e disponibiliza-a “de uma forma sintética, [mas] preservando o essencial dos dados originais e utilizando apenas as variáveis que melhor servem os objectivos” (DGA-DSIA 2000: 5). Qualquer bateria de indicadores encerra, por isso, potencialidades (a maior inteligibilidade que a esquematização dos fenómenos possibilita) e limitações (a simplificação da realidade e a consequente perda de informação, que estão na origem de alguma controvérsia recorrente).

Apesar destas características inerentes ao próprio método de construção e selecção de indicadores, a sua utilização tem vindo a impor-se crescentemente nos últimos anos, assumindo-se hoje como uma forma viável, coerente e pertinente de medir a qualidade de vida dos cidadãos e de avaliar as tendências de evolução que se vão desenhando.

A vida moderna, no entanto, resulta de um intrincado jogo de factores que é preciso ter em conta, pelo que, para que a ‘imagem’ fornecida pelos indicadores permaneça fiel e pertinente, é necessário que a bateria de indicadores seja tão abrangente quanto possível, de forma a garantir que a complexidade da realidade seja captada e as evoluções ocorridas ou em desenvolvimento sejam apreendidas. Todavia, a inexistência ou as dificuldades de obtenção de dados de qualidade ou, ainda, os custos elevados que por vezes a sua recolha representa obrigam frequentemente a alguma contenção, baseada na ponderação de benefícios, constrangimentos e custos (em meios financeiros, em tempo e em esforço necessários para a recolha e posterior tratamento).

Porque estar consciente das dificuldades pode ser o melhor caminho para minorar os seus efeitos menos positivos, a proposta de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da Direcção-Geral de Ambiente (DGA-DSIA 2000) enumera, a par das principais vantagens, algumas das mais importantes limitações que condicionam a aplicação de indicadores (quadro 2).

Quadro 2. Indicadores e índices de desenvolvimento sustentável: síntese das principais vantagens e limitações

Vantagens	Limitações
• Avaliação dos níveis de desenvolvimento sustentável • Capacidade de sintetizar a informação de carácter técnico/científico • Identificação das variáveis-chave do sistema • Facilidade de transmitir a informação • Bom instrumento de apoio à decisão e aos processos de gestão ambiental • Identificação de tendências • Possibilidade de comparação com padrões e/ou metas pré-definidas	• Inexistência de informação de base • Dificuldades na definição de expressões matemáticas que melhor traduzam os parâmetros seleccionados • Perda de informação nos processos de agregação dos dados • Diferentes critérios na definição dos limites de variação do índice em relação às imposições estabelecidas • Ausência de critérios robustos para selecção de alguns indicadores • Dificuldade na aplicação em determinadas áreas, como o ordenamento do território e a paisagem

in DGA-DSIA 2000: 14

De acordo com a proposta da Direcção-Geral de Ambiente, os indicadores devem ser “projectados para simplificar a informação sobre fenómenos complexos de modo a melhorar a comunicação” (DGA-DSIA 2000: 11). Perdendo-se em detalhe e em especificidades, ganha-se em inteligibilidade, clareza e operacionalidade da informação recolhida, contribuindo-se, desta forma, para melhor compreender a realidade, “desvendar grandes tendências, comparar lugares diferentes, determinar rumos e prioridades políticas (planeamento), coordenar e pôr em prática projectos e planos e, finalmente, avaliar o desempenho das políticas postas em marcha” (BRES 2000: 1).

O que parece estar em causa é, afinal, a conciliação de uma maior aplicabilidade dos dados com a relevância que devem encerrar. Se o significado da informação original recolhida deve ser preservado, não se pode deixar de ter em conta, simultaneamente, a pertinência da informação para os objectivos pré-estabelecidos (v.g., investigação e conhecimento, definição e delimitação de problemas, formulação, implementação ou avaliação de políticas públicas) e uma leitura que leve em conta os diversos destinatários da informação produzida (público em geral, grupos de interesse, decisores e técnicos), garantindo, por outro lado, a sua exequibilidade, objectividade e verificabilidade (quadro 3).

Uma abordagem global ou sectorial de grande escala deixa, no entanto, em aberto alguns pontos importantes relacionados com questões de natureza mais local: quais são as especificidades económicas, sociais e ecológicas típicas desta escala geográfica?; qual é a contribuição da vida comunitária e dos centros urbanos para a degradação global do ambiente e de que forma condicionam a qualidade de vida das populações?; quais são os níveis de acção mais eficazes para a gestão sustentável da vida comunitária (incluindo seus impactos e condicionalismos)?; como avaliar as perturbações exógenas sobre as cidades e sobre as condições de vida das populações? (*cf.* BRES 2000: 7).

Quadro 3. Critérios gerais para selecção e construção de indicadores globais ou sectoriais

Relevância geral

- Fazer corresponder cada indicador a uma questão específica, alvo de questionamento ou preocupação
- Realçar a relação entre os factores determinantes da saúde, do desenvolvimento e do estado do ambiente
- Tornar mais evidentes as eventuais alterações que possam vir a ocorrer na realidade e, sobretudo, nos domínios em análise
- Permitir uma monitorização constante e atempada dos processos de mudança em curso

Cariz científico

- Garantir a neutralidade e a representatividade das condições ou factos em análise
- Precaver a validade, a consistência e a credibilidade dos métodos científicos
- Assegurar a selecção dos dados disponíveis mais adequados
- Garantir uma robustez metodológica capaz de preservar o rigor e a imparcialidade dos resultados
- Salvaguardar a consistência e a comparabilidade, em termos espaciais e temporais

Aplicabilidade / Utilidade

- Ter em conta a relevância para as necessidades e políticas públicas
- Partir de dados cuja disponibilidade possibilite uma recolha com custos (em tempo e dinheiro) razoáveis
- Permitir uma compreensão e aplicação acessível por parte dos potenciais utilizadores
- Procurar responder às questões dos vários grupos de interesse em presença

in Schirnding 2002: 49

Ainda que se realce a necessidade de atentar às circunstâncias particulares de cada comunidade (que ditarão a estratégia a seguir, mais do que qualquer rol de normas pré-estabelecidas), deverão, segundo a proposta apresentada por Schirnding, considerar-se alguns critérios gerais particularmente importantes para a avaliação da vida local (quadro 4).

Quadro 4. Critérios gerais para selecção e construção de indicadores com finalidades locais

- Ser relevantes para os cidadãos e para as autoridades locais
- Reflectir as circunstâncias locais
- Basear-se em informação acessível
- Possibilitar o acompanhamento de tendências de mudança em períodos de tempo alargados
- Ser claros e de apreensão acessível, facilitando a fluidez e disponibilidade da informação
- Potenciar a mudança (por exemplo, nas políticas, nos serviços, nos estilos de vida)
- Conduzir ao estabelecimento de metas e objectivos concretos
- Os resultados obtidos devem fazer sentido se analisados individualmente, mas devem permitir uma leitura integrada que tenha em conta o conjunto de indicadores disponíveis.

Adaptado de Schirnding 2002: 50

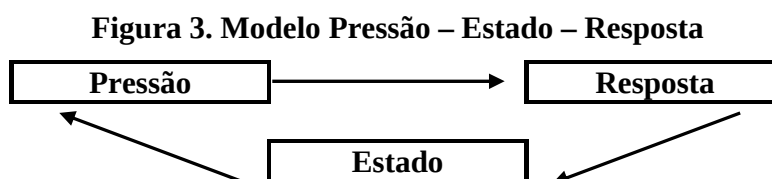
Um indicador eficaz será, portanto, aquele que melhor se adapte aos objectivos pré-estabelecidos e que melhor responda aos problemas e às questões a clarificar ou a resolver. No entanto, emergindo num quadro conceptual específico, os indicadores sofrem a influência de teorias científicas e de políticas que determinarão quer a selecção e construção, quer a leitura dos resultados. Convém, por isso, ter presente que os indicadores resultam sempre de uma cadeia de escolhas que, numa qualquer etapa do processo, poderiam ter sido diferentes e, conseqüentemente, ter dado origem a medidas, pontos de vista e prioridades distintas.

5.2. Modelos de sistematização de indicadores

São vários os modelos de sistematização de indicadores que dão acesso a informação credível relativa aos processos e fenómenos que afectam a qualidade de vida. A sua importância relativa resultará, sobretudo, da capacidade de contribuírem para uma melhor compreensão das relações interdependentes que se estabelecem entre esses processos, num sistema global em que ambiente, saúde, desenvolvimento e qualidade de vida se condicionam mutuamente.

Assim, e apesar de originariamente criados para descrever os impactos decorrentes da poluição e da degradação do ambiente na óptica do desenvolvimento sustentável, alguns dos principais modelos de sistematização de indicadores podem facilmente ser utilizados em contextos diversificados e focagens mais específicas, como as condições de saúde e a qualidade de vida das populações, e a qualquer dos níveis (local, regional, nacional) que, do ponto de vista dos utilizadores e dos destinatários, se afigurem mais pertinentes. É, justamente, o caso do modelo *Pressão-Estado-Resposta* (P.E.R.).

Este modelo, desenvolvido no âmbito da OCDE (1993), tem sido particularmente útil na análise das consequências da poluição e das actividades humanas (**pressões**) no **estado** do ambiente e nas **respostas** desenvolvidas pela sociedade para minorar os seus efeitos e lidar com as suas consequências (figura 3).



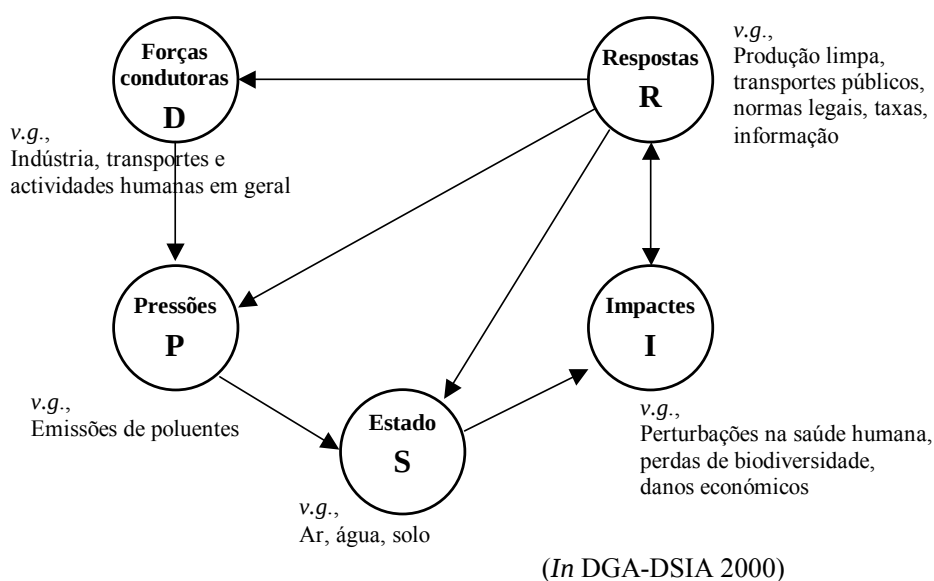
Apesar de algumas críticas que o acusam de excessiva linearidade e uni-direccionalidade, o modelo continua a ser frequentemente utilizado, sendo, por outro lado, inspirador de outros modelos que, procurando apreender uma maior complexidade dos processos, mantêm ou reforçam os fundamentos de interdependência sistémica que o caracterizam.

A proposta da Agência Europeia de Ambiente (AEA) é um bom exemplo de um modelo que visa integrar os laços de interdependência entre as dinâmicas sociais e os impactos com repercussões na sustentabilidade ambiental, de que, em última análise, depende a

sustentabilidade social e, conseqüentemente, as condições de vida presentes e futuras. Pode, por isso, servir melhor os objectivos deste trabalho, já que parece garantir uma integração mais adequada das três vertentes que, conforme foi justificado nos capítulos anteriores, materializarão o conceito de Qualidade de Vida.

De acordo com este modelo (DPSIR) (figura 4), as **forças condutoras** (Driving forces) exercem **pressões** (Pressures) — externalidades das actividades humanas — que vão degradar o **estado** (State) do ambiente. Surgem daí os **impactos** (Impacts) na saúde humana, nas condições de vida das populações, na disponibilidade de recursos, na biodiversidade e no equilíbrio dos ecossistemas em geral. São estes impactos que impõem **respostas** (Responses) — de adaptação ou minoração dos estragos — incidindo sobre qualquer dos elementos do sistema: nas forças condutoras (v.g. indústria e transportes); nas pressões (v.g. emissões de poluentes); no estado ou condições ambientais em presença (v.g., ar, água, solos); e ainda nos impactos (v.g., perturbações na saúde humana, perdas da biodiversidade, danos económicos).

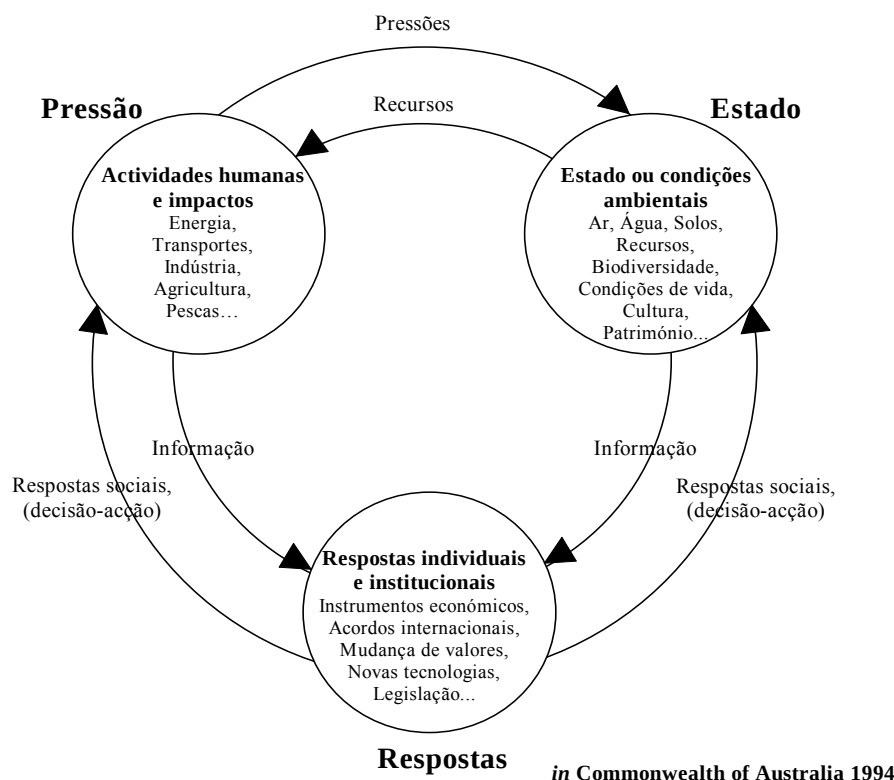
Figura 4. Estrutura conceptual do modelo DPSIR proposta pela AEA



Neste caso, os indicadores de **forças condutoras** podem encontrar-se entre os desenvolvimentos sociais, demográficos e económicos, e correspondentes alterações nos estilos de vida, níveis de consumo e padrões de produção, enquanto os indicadores de **pressão** consideram e avaliam os desenvolvimentos nas emissões de poluentes e no uso de recursos naturais. Por seu turno, a descrição quantitativa e qualitativa dos fenómenos físicos (v.g., temperatura, ruído), biológicos (v.g., vida selvagem, recursos disponíveis) e químicos (v.g., concentração de substâncias perigosas) equivale a indicadores de **estado**. Os indicadores de **impacto** procuram captar as consequências causadas pelas alterações ao estado do ambiente (v.g., consequências para a bio-diversidade, recursos disponíveis e condições de vida humana). Finalmente, os indicadores de **resposta** pretendem avaliar a

reação da sociedade ou da comunidade e a capacidade de prevenir, compensar ou adaptar a acção às novas situações.

Figura 5. Modelo Pressão-Estado-Resposta modificado



O *Department of the Environment, Sport and Territories* da Austrália (Commonwealth of Australia 1994) sugeriu um modelo melhorado do *PER* que congrega as dinâmicas de duplo sentido geradas entre pressões sobre o estado do ambiente, suas consequências ambientais e sociais, e as respostas que desencadeiam (figura 5).

Segundo este modelo, as actividades humanas e os seus impactos implicam pressões sobre o estado do ambiente, impulsionando, simultaneamente, reacções e respostas sociais à degradação ambiental. O estado do ambiente, por sua vez, ao fomentar as respostas sociais viradas para a preservação ou melhoria das condições ambientais não deixa de ter implicações directas nas próprias actividades humanas (nomeadamente pela maior ou menor disponibilidade de recursos). Finalmente, as respostas também se dirigem aos outros dois eixos: reage-se quer para minorar as pressões exercidas sobre o ambiente, quer para melhorar as condições ambientais e o estado do ambiente.

O modelo realça, portanto, a cadeia de interações que se verificam em ambos os sentidos. As ligações de todos os vectores surgem claras, quer enquanto espaço de origem da mudança, quer enquanto campo de sequelas e consequências que modelam a qualidade ambiental e a qualidade de vida das populações.

O modelo P.E.R. de organização de indicadores, considerado de forma genérica, surge, assim, com um potencial de aplicação muito interessante extensível às várias componentes do conceito integrado de Qualidade de Vida, tal como foi definido no final da Parte I.

PARTE 3

CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES: COMO PROCEDER?

6. Organização da base de dados: critérios de estruturação da informação

A monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses pressupõe a concepção, e posterior desenvolvimento, de um sistema de informação composto por indicadores de natureza tanto qualitativa como quantitativa. No entanto, e conforme se referiu inicialmente, o objectivo deste trabalho abrange, exclusivamente, a construção de um sistema de indicadores estatísticos, de carácter anual e de base concelhia. Esta terceira parte esclarece os critérios e procedimentos utilizados para organizar e alimentar essa base de dados, e apresenta e comenta os resultados de um primeiro ensaio de medição da qualidade de vida nos municípios portugueses em 2001, isto é, no *ano zero* do processo de monitorização que se pretende que venha a ser concretizado.

A base de dados que se irá propor foi concebida a partir das abordagens desenvolvidas nos capítulos anteriores. Assim, a sua organização traduz o conceito integrado de Qualidade de Vida e o modelo de sistematização de indicadores Pressão-Estado-Resposta (P.E.R.) como referenciais de natureza, respectivamente, conceptual e metodológica.

A estruturação da base de dados obedeceu a três critérios operativos complementares (figura 6):

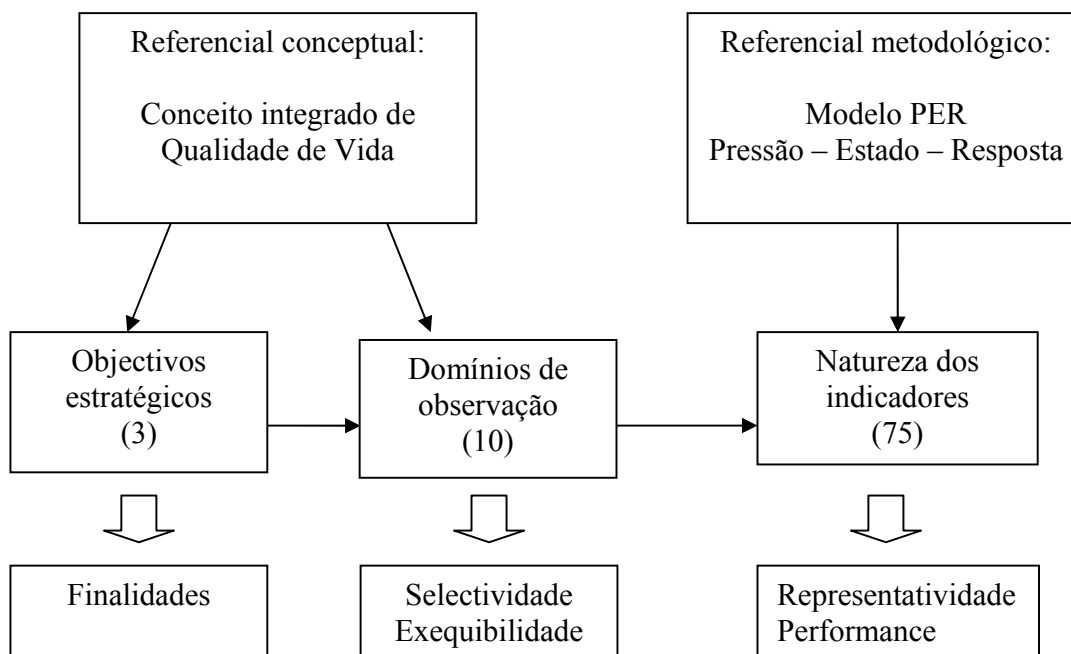
1. Objectivos estratégicos
2. Domínios de observação
3. Natureza dos indicadores

. Objectivos estratégicos

Definiram-se, de acordo com a abordagem dinâmica e multidimensional do conceito integrado de qualidade de vida anteriormente apresentado (Parte I), *três objectivos estratégicos*:

- Objectivo 1: Preservar o capital natural e paisagístico
- Objectivo 2: Preservar o capital humano e social
- Objectivo 3: Capacitar o capital humano e social

Figura 6. Processo de estruturação do sistema de indicadores estatísticos de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses



A opção por considerar a definição de objectivos estratégicos como primeiro critério de estruturação da base de dados prende-se com a preocupação de imprimir uma *visão* ao sistema de informação a desenvolver, evitando, assim, uma abordagem não integrada e meramente descritiva das várias dimensões do conceito de Qualidade de Vida, corporizada por uma estruturação tradicional de tipo sectorial.

O primeiro objectivo estratégico visa captar os vários aspectos mais directamente relacionados com a sustentabilidade ambiental e o ordenamento do território. O segundo objectivo estratégico procura levar em conta as várias dimensões da preservação do capital humano e social avaliada a partir de um triplo ponto de vista: vitalidade demográfica, satisfação de necessidades básicas e prevenção de riscos sociais. Finalmente, o terceiro objectivo estratégico pretende englobar facetas essenciais da capacitação do capital humano e social, nomeadamente do ponto de vista dos saberes, competências e qualificações adquiridos.

Os objectivos estratégicos prendem-se, pois, com *finalidades* distintas e complementares entre si, representando o primeiro nível de operacionalização da visão ampla e complexa subjacente ao conceito integrado de qualidade de vida adoptado como referencial conceptual.

. *Domínios de observação*

Como segundo critério de estruturação da base de dados definiram-se domínios de observação que coincidem, em boa medida, com sectores da vida social tradicionalmente considerados de forma relativamente autónoma. Identificaram-se *dez domínios de observação*, a seguir apresentados por ordem alfabética:

- Actividades Económicas
- Educação e Formação
- Habitação e Vizinhança
- Mercado de Trabalho
- Ocupação e Uso do Solo
- Participação, Integração e Cultura
- População e Famílias
- Rendimento e Consumo
- Saúde
- Transportes e Comunicações

A identificação de domínios de observação prende-se com a necessidade de apreender de forma selectiva a complexidade e diversidade de componentes analíticas incluídas no conceito integrado de qualidade de vida. Ao mesmo tempo, a definição de domínios de observação com ampla presença na bibliografia disponível garante uma adesão muito razoável aos vários sistemas estatísticos existentes. Os domínios de observação correspondem, assim, a um segundo nível de operacionalização do referencial conceptual adoptado neste trabalho.

. *Natureza dos indicadores*

Como terceiro critério de estruturação da base de dados adoptou-se a *natureza de cada indicador* definida com base no *modelo Pressão-Estado-Resposta*. Assim, e acompanhando de perto as orientações que têm presidido à aplicação deste modelo de sistematização de indicadores, as três categorias definidas foram utilizadas para distinguir, respectivamente, factores ou tendências com impacte relevante sobre a situação actual (indicadores de *pressão*), condições existentes (indicadores de *estado*) e respostas institucionais (instrumentos, investimentos, equipamentos, serviços, etc.), individuais e sociais (comportamentos) às pressões e situações existentes (indicadores de *resposta*).

A inclusão de indicadores de distinta natureza e representativos dos diferentes domínios de observação e finalidades permite *medir* aspectos essenciais da qualidade de vida. Por outro lado, ao associar critérios de performance a cada um dos indicadores (ver Capítulo7), torna-se possível *avaliar* a evolução das condições de qualidade de vida no mesmo território ao longo de um determinado período de tempo. Os indicadores

considerados, seleccionados com base em critérios de representatividade e analisados a partir de critérios de performance, constituem o terceiro nível de operacionalização do conceito integrado de qualidade de vida.

. Organização da base de dados

A conjugação dos três critérios operativos considerados (objectivos estratégicos, domínios de observação e natureza dos indicadores) produziu uma matriz de organização da informação como a que se apresenta no quadro 5.

Quadro 5. Configuração da base de dados

Objectivos estratégicos	Domínios de Observação	Natureza do Indicador		
		Pressão	Estado	Resposta
Objectivo 1: Preservar o capital natural e paisagístico	Ocupação e uso do solo			
	Actividades económicas			
	Rendimento e consumo			
	Participação, integração e cultura			
Objectivo 2: Preservar o capital humano e social	População e famílias			
	Saúde			
	Habitação e vizinhança			
	Transportes e comunicações			
	Mercado de trabalho			
Objectivo 3: Capacitar o capital humano e social	Educação e formação			
	Mercado de trabalho			
	Participação, integração e cultura			
	Ocupação e uso do solo			

Em termos gerais, esta matriz caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

- o mesmo domínio de observação pode associar-se a mais de um objectivo estratégico;
- todos os objectivos estratégicos e domínios de observação deverão englobar indicadores de pressão, estado e resposta.

7. Alimentação da base de dados: procedimentos de selecção de indicadores

Tendo como referência a abordagem e a metodologia adoptadas nos primeiros capítulos deste Relatório e a configuração da base de dados apresentada no ponto anterior, procurou-se definir um leque de indicadores estatísticos que, cumprindo os habituais critérios genéricos de relevância, adequação e utilidade, permitissem medir, avaliar e acompanhar a Qualidade de Vida nos municípios portugueses.

O processo de identificação e construção de indicadores baseou-se em dois procedimentos complementares: consulta de bibliografia nacional e internacional relativa a indicadores de Qualidade de Vida e contacto directo com entidades produtoras de informação estatística relevante para a finalidade em causa.

No quadro 6 pode ver-se a lista das entidades contactadas. Em algumas destas entidades, com destaque para o Instituto Nacional de Estatística, realizaram-se entrevistas ou mesmo sessões de trabalho que se revelaram da maior utilidade para a boa prossecução do trabalho.

Quadro 6. Entidades contactadas para fornecimento de informação relevante para a construção de indicadores estatísticos de qualidade de vida

Entidades contactadas
ANACOM – Autoridade Nacional de Telecomunicações
Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais
Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional
Departamento do Ensino Secundário
Direcção-Geral das Autarquias Locais
Direcção-Geral de Energia
Direcção-Geral de Protecção de Culturas
Direcção-Geral de Registos e Notariado
Gabinete de Acesso ao Ensino Superior
Instituto da Droga e da Toxicodependência
Instituto de Conservação da Natureza
Instituto de Resíduos e Águas Residuais (IRAR)
Instituto de Seguros de Portugal
Instituto do Ambiente (EMAS: Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria)
Instituto do Ambiente (PCIP: Prevenção e Controlo Integrado de Poluição)
Instituto do Desporto
Instituto dos Resíduos
Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFF)
Instituto Nacional de Estatística
Secretariado Nacional para a Reabilitação e Inserção das Pessoas com Deficiência

A selecção dos indicadores a incluir na base de dados pautou-se pela seguinte sequência de operações:

- . identificação dos aspectos-chave a contemplar em cada um dos domínios de observação;
- . identificação de pelo menos 2 indicadores de pressão, de estado e de resposta por domínio de observação.

A identificação dos aspectos-chave dentro de cada domínio de observação decorreu do cruzamento de processos de natureza dedutiva (definição de modelos analíticos elementares por domínio) e indutiva (levantamento da informação empírica disponível). Os aspectos listados no quadro 7 sintetizam os resultados desse cruzamento analítico.

Quadro 7. Aspectos-chave por domínios de observação

Domínios de Observação	Aspectos essenciais
Ocupação e uso do solo	. Dinâmica construtiva . Incêndios florestais
Actividades económicas	. Consumo de recursos . Produção de resíduos/poluição
Rendimento e consumo	. Consumo de recursos . Produção de resíduos/poluição . Gestão, tratamento e reaproveitamento de recursos
Participação, integração e cultura	. Associativismo . Participação política . Recursos disponíveis . Consumos culturais
População e famílias	. Dinâmica demográfica . Dinâmica familiar . Disparidades por género
Saúde	. Qualidade . Recursos disponíveis . Consumo de serviços de saúde
Habitação e vizinhança	. Qualidade . Segurança . Dinâmicas de acesso à habitação
Transportes e comunicações	. Densidade . Qualidade . Segurança
Mercado de trabalho	. Estrutura do emprego . Duração do trabalho . Remunerações . Desemprego
Educação e formação	. Oferta . Taxas de escolarização . Qualidade de resultados

A identificação de indicadores de diferente natureza (pressão, estado e resposta) por objectivos estratégicos e por domínios de observação regeu-se pelos princípios

orientadores de representatividade e fiabilidade, em geral, e pelo referencial metodológico P.E.R. (Pressão-Estado-Resposta), em particular.

Quadro 8. Total de indicadores considerados por objectivos estratégicos, domínios de observação e natureza do indicador

Objectivos estratégicos	Domínios de Observação	Natureza do Indicador		
		Pressão	Estado	Resposta
Objectivo 1: Preservar o capital natural e paisagístico	Ocupação e uso do solo	2	-	3
	Actividades económicas	3	-	-
	Rendimento e consumo	4	2	3
	Participação, integração e cultura	-	1	-
Objectivo 2: Preservar o capital humano e social	População e famílias	3	3	2
	Saúde	3	3	3
	Habitação e vizinhança	3	3	3
	Transportes e comunicações	3	2	-
	Mercado de trabalho	2	3	2
Objectivo 3: Capacitar o capital humano e social	Educação e formação	2	2	2
	Mercado de trabalho	2	3	2
	Participação, integração e cultura	-	3	3

As consultas e os contactos realizados permitiram uma primeira selecção de indicadores estatísticos. A sua distribuição quantitativa por objectivos estratégicos e domínios de observação pode ver-se no quadro 8, e a sua identificação no quadro 9. A lista ordenada alfabeticamente desses indicadores e respectivas fontes consta do Anexo 1. O ano de referência é 2001, o *ano zero* para o processo de monitorização que se pretende lançar. Contudo, em casos pontuais os dados disponíveis mais recentes dizem respeito a anos um pouco anteriores (Anexo 1).

A observação dos quadros 8 permite verificar que a cobertura das várias células da base de dados não é equilibrada nem sequer completa, já que para alguns dos cruzamentos existentes não foi possível seleccionar ou construir indicadores relevantes e susceptíveis de reunir as duas condições essenciais para o exercício de monitorização que se pretende desenvolver: informação disponível *ao nível concelhio* e de *base anual*. Por outro lado, o grau de adequação dos indicadores considerados em cada uma das células é desigual (quadro 9). Trata-se, pois, de um primeiro exercício de selecção e construção de indicadores relevantes, adequados e úteis para medir, acompanhar e avaliar a evolução da qualidade de vida nos municípios portugueses, que importa aprofundar e qualificar no futuro próximo.

Quadro 9. Indicadores de qualidade de vida de base concelhia por objectivos estratégicos, domínios de observação e natureza do indicador

Objectivos Estratégicos	Domínios de Observação	Indicadores de Pressão	Indicadores de Estado	Indicadores de Resposta
Objectivo 1: Preservar capital natural e paisagístico	Ocupação e uso do solo	Fogos licenciados (n.º fogos licenciados / stock de fogos) (%). Incêndios florestais (% área ardida / superfície florestal).		Bombeiros por 1.000 habitantes. Despesas dos municípios em gestão e protecção da biodiversidade e da paisagem, per capita (€). Seguro agrícola contra incêndios (capital segurado por ha de área agrícola e florestal) (€)
	Actividades económicas	Consumo de energia eléctrica na agricultura e pesca por emprego na agricultura e pesca (mKw / trab.). Consumo industrial de energia eléctrica por emprego nas sociedades industriais (mKw / trab.). Empresas poluentes – instalações PCIP por 100.000 habitantes.		
	Rendimento e consumo	Água residual produzida (doméstica e de serviços) por habitante servido (m3). Consumo doméstico e de serviços de água por habitante servido (m3). Poluição automóvel estimada CXHY (kg/km percorrido - 60Km/h). Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos por habitante servido (kg).	Água residual tratada (água residual tratada / água residual drenada) (%). Resíduos sólidos urbanos com recolha selectiva (%).	Despesas dos municípios em gestão de águas residuais, per capita (€). Despesas dos municípios em gestão de resíduos, per capita (€). Resíduos reciclados (%).
	Participação, integração e cultura		ONGA por 100.000 habitantes.	

Objectivos Estratégicos	Domínios de Observação	Indicadores de Pressão	Indicadores de Estado	Indicadores de Resposta
Objectivo 2: Preservar capital humano e social	População e famílias	Índice de envelhecimento demográfico (população com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos). Taxa de crescimento efectivo da população (variação percentual inter-anual da pop. residente). Taxa de divórcio (número de divórcios por 1.000 habitantes).	Diferencial salarial Homens/Mulheres no emprego estruturado. Taxa de dependência demográfica (pop. 0-14 e >64 anos por pop. 15-64 anos). Taxa de excedente de vidas (excedente de vidas ou saldo natural por 1.000 habitantes).	Pensionistas / população com mais de 64 anos (%). Taxa de fecundidade (número de nados-vivos por 1.000 mulheres em idade fecunda 15-49 anos).
	Saúde	Consultas de clínica geral em Centros de Saúde por habitante. Consultas de saúde infantil e juvenil em Centros de Saúde por habitante <15 anos. Consultas de saúde materna em Centros de Saúde por mulher 15-64 anos.	Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória (nº de casos por 100.000 habitantes). Taxa de mortalidade infantil (nº de óbitos com menos de um ano por 1.000 nados-vivos). Maternidade na adolescência (% nados vivos com mãe <19 anos).	Consultas de planeamento familiar em Centros de Saúde por mulher 15-24 anos. Enfermeiros em Centros de Saúde por 1.000 habitantes. Médicos em Centros de Saúde por 1.000 habitantes.
	Habitação e vizinhança	Crimes contra as pessoas e o património por 1.000 habitantes. Prédios hipotecados (%). Prédios transaccionados por 1.000 habitantes.	Águas residuais – população servida com sistemas de drenagem (%). Crédito concedido à habitação por habitante (M€). Qualidade da água para consumo humano: % análises em violação.	Consumo de electricidade em iluminação de vias públicas por 1.000 habitantes (mKw). Licenças concedidas pelas CMs para ampl., transf. e rest. edifícios de habitação (face ao total de licenças para habitação) (%). Qualidade da água para consumo humano: % análises em falta.
	Transportes e comunicações	Veículos ligeiros de passageiros > 10 anos de idade (%). Veículos pesados > 10 anos de idade (%). Veículos por 1.000 habitantes.	Acidentes de viação com vítimas por 1.000 veículos registados. Gravidade dos acidentes de viação – vítimas mortais ou feridos graves nos acidentes de viação com vítimas (%).	

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Objectivo 2: Preservar capital humano e social (continuação)	Mercado de trabalho	Beneficiários de subsídio de desemprego por 1.000 habitantes 15-65 anos. Índice de especialização produtiva (desvio-padrão do peso % de 15 categorias CAE).	Estrutura do emprego estruturado segundo a duração do trabalho: % TPCO ≤ 30 horas. Ganho médio mensal dos TPCO no emprego estruturado – total (€). Taxa de emprego do emprego estruturado (total de pessoas ao serviço / população 15 ou mais anos).	Desemprego de longa duração – desempregados sem colocação há mais de 1 ano (%). Valor médio do subsídio de desemprego (€).
--	---------------------	---	---	--

Objectivos Estratégicos	Domínios de Observação	Indicadores de Pressão	Indicadores de Estado	Indicadores de Resposta
Objectivo 3: Capacitar capital humano e social	Educação e formação	Alunos matriculados no ensino pré-escolar por população 3-5 anos (%). Alunos matriculados no ensino secundário por população 15-17 anos (%).	Média das notas de Matemática nos exames nacionais do 12º ano. Média das notas de Português nos exames nacionais do 12º ano.	Estabelecimentos de ensino superior por 10.000 habitantes 18-22 anos. Estabelecimentos ensino pré-escolar por 1.000 habitantes 3-5 anos.
	Mercado de trabalho	Inscritos em Centros de Emprego por 1.000 pessoas em idade activa. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por 1.000 hab. 18 ou + anos.	Estrutura etária do emprego estruturado: % TPCO <25 anos. Estrutura por habilitações literárias do emprego estruturado: % TPCO com bacharelato ou licenciatura. Estrutura por profissões do emprego estruturado: % TPCO Quadros sup.+ espec. prof. liberais e científicas + prof. nível intermédio.	Taxa de colocação dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego (desempregados colocados / desempregados inscritos). IRS per capita (€).
	Participação, integração e cultura		Bibliotecas: utilizadores por população residente. Operações registadas nas caixas multibanco por habitante. Taxa de participação em eleições autárquicas (% de votantes).	Bibliotecas: documentos disponíveis para consulta por habitante. Caixas Multibanco por 1.000 habitantes. Investimento em instalações desportivas, recreativas e escolas (€ / hab.)

8. Tratamento da informação: roteiro metodológico

Como sintetizar o vasto e diversificado conjunto de informação incluída na base de dados anteriormente apresentada, de modo a que seja possível analisar os resultados obtidos à luz do objectivo deste projecto, isto é, o desenvolvimento de um sistema de indicadores estatísticos de monitorização da *qualidade de vida* nos municípios portugueses que seja útil para que cidadãos e decisores possam conhecer melhor a situação actual, as suas causas e os modos mais adequados para influenciar a sua evolução?

Face ao objectivo visado, foram tomadas as seguintes opções metodológicas de base:

. Definir os valores de cada indicador em função de critérios de performance

Numa óptica de monitorização, os resultados dos vários indicadores apenas têm sentido se permitirem medir adequadamente o progresso em relação a determinados objectivos ou metas quantificadas. Este tipo de abordagem pressupõe a pré-definição de valores de referência. Nuns casos, esses valores são identificados por autoridades nacionais ou internacionais e posteriormente adoptados como metas a atingir ou limiares a não ultrapassar, conforme a natureza, positiva ou negativa, do fenómeno em causa. Noutros casos, escolhe-se uma abordagem de *benchmarking*, em que a situação mais favorável é considerada como referencial para efeitos de avaliação.

A diversidade dos indicadores incluídos na base de dados inviabiliza o recurso generalizado à primeira hipótese, embora fosse de grande utilidade que as autoridades nacionais identificassem metas quantificadas para um núcleo central de indicadores, considerados estrategicamente mais relevantes.

Optou-se, assim, por uma análise de tipo *benchmarking*. Coloca-se, então, o problema da definição dos valores de referência. Se todos os indicadores estivessem contemplados no sistema estatístico do Eurostat, seria possível considerar, para cada um deles, a média comunitária ou o país mais favorável como valor de referência. Não sendo este procedimento exequível, escolheu-se como referência o valor concelhio mais favorável no ano objecto de observação. Os resultados permitem, assim, uma dupla leitura: a nível individual (concelhio), é possível averiguar o posicionamento relativo de cada município em relação ao que detém um resultado mais favorável no indicador em questão; a nível do país, pode avaliar-se a evolução da intensidade das disparidades inter-concelhias, ou seja, do grau de coesão territorial.

. Adoptar os objectivos estratégicos como nível estruturante dos resultados finais

Face à abordagem conceptual adoptada, os três objectivos estratégicos deverão deter a mesma relevância. A sua importância relativa é, pois, independente do total de domínios de observação e de indicadores a que se associam. Isto significa que é o nível dos objectivos estratégicos, e não o dos domínios de observação, que estrutura os resultados finais, isto é, a tipologia de síntese.

Refira-se, aliás, que se admite que os domínios de observação e os indicadores poderão (deverão) variar em função da natureza e dos objectivos dos estudos a realizar. Pelo contrário, os objectivos estratégicos deverão ser fixos, pois eles são constitutivos da visão de Qualidade de Vida que foi adoptada. A eliminação ou a discriminação positiva ou negativa de um desses objectivos estratégicos representaria, necessariamente, a negação do conceito integrado de qualidade de vida anteriormente apresentado.

. Garantir uma visão de conjunto final baseada em perfis e não em índices compósitos

É conhecida a controvérsia que se tem gerado em torno da construção de indicadores de síntese. Para uns, a ausência de índices compósitos impede uma leitura de conjunto, capaz de suscitar uma boa síntese, facilmente comunicável, a partir de informação diversificada e pormenorizada. Para outros, pelo contrário, esses índices são pouco transparentes quanto à forma como foram construídos e contêm, não raro, tendências opostas que se anulam parcialmente, pelo que o leitor perde a capacidade de controlar o seu significado analítico.

Procurou-se ultrapassar esta oposição através do recurso a dois procedimentos complementares: comparabilidade de indicadores e construção de tipologias.

A comparabilidade de indicadores é garantida através da adopção de uma escala de medida comparável: definição de um mesmo tipo de valor de referência (o melhor valor concelhio de cada indicador no ano objecto de estudo, como acima foi referido) e medição dos resultados obtidos em cada concelho em função de uma escala padronizada em que o valor 100 corresponde ao valor de referência.

A construção de tipologias permite obter uma visão de conjunto e, ao mesmo tempo, controlar analiticamente as situações que mais contribuem para cada um dos tipos definidos.

A partir destas três opções metodológicas de base, desenvolveu-se a seguinte sequência de procedimentos:

- i) Os valores concelhios de cada indicador foram escalonados em função do índice 100 atribuído ao resultado mais positivo⁴; esta operação pressupõe que todos os indicadores considerados sejam susceptíveis de ser inequivocamente avaliados em função do sentido mais favorável que podem assumir; o índice 100 corresponde, no caso dos indicadores de pressão, ao resultado mais negativo e, pelo contrário, ao valor mais favorável nos indicadores de estado e de resposta;

⁴ Adoptou-se o critério de não permitir que a diferença entre os dois valores extremos (mais elevados ou mais baixos) ultrapassasse 1/5 da escala (20 pontos) em relação aos valores imediatamente subsequentes, de modo a diferenciar convenientemente o escalonamento dos concelhos.

ii) Os valores concelhios obtidos na operação anterior foram reescalados em função das respectivas médias e desvios-padrão; face à ocorrência de distribuições estatísticas muito variadas, procurou-se, assim, estandardizar os resultados obtidos, aumentando a sua comparabilidade directa;

iii) Os valores concelhios estandardizados foram agregados por domínio de observação, mantendo-se a diferenciação entre indicadores de pressão, de estado e de resposta (P.E.R.);

iv) Os valores concelhios estandardizados e agregados por domínios de observação foram, agora, agregados por objectivos estratégicos, mantendo-se a tripartição P.E.R. associada à distinta natureza dos indicadores; atribuiu-se, neste caso, o mesmo peso a cada um dos domínios de cada objectivo estratégico, pelo que o contributo efectivo de cada indicador para o resultado final de cada objectivo é inversamente proporcional ao número de indicadores e de domínios considerados;

v) Os valores concelhios estandardizados, agregados por objectivos estratégicos e diferenciados em função da natureza dos indicadores (pressão, estado, resposta) permitiram construir, com base em critérios que mais tarde se explicitam, duas tipologias de síntese: uma para cada um dos três objectivos estratégicos e outra, a final, para o conjunto dos três objectivos estratégicos. É esta última que define o *perfil de qualidade de vida* da cada município em 2001.

Os resultados parciais (por domínios de observação e por objectivos estratégicos) e de síntese (tipologia final) são, portanto, condicionados por opções de natureza muito distinta: os referenciais conceptual (conceito integrado de qualidade de vida) e metodológico (modelo P.E.R) adoptados, os indicadores considerados e os procedimentos metodológicos aplicados. É inevitável a ocorrência destes condicionalismos em exercícios deste tipo. Importa, por isso, que fiquem claras as várias opções tomadas, pois só assim será possível garantir o necessário controlo analítico sobre o significado e as implicações dos procedimentos e critérios utilizados.

Por outro lado, a robustez dos resultados obtidos depende, em muito, da adequação e da fiabilidade da informação disponível. Ora, conforme se referiu anteriormente, os indicadores utilizados estão longe de corresponder, em grau de cobertura e qualidade, ao patamar de exigência desejável.

Face ao objectivo de instituir um processo de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses baseado num sistema de indicadores estatísticos, os resultados obtidos devem ser fundamentalmente encarados como uma ilustração do conjunto de procedimentos sugeridos. Na verdade, mais do que discutir os resultados em si mesmos, importa, nesta fase, esclarecer os contornos dos processos de concepção e implementação do dispositivo de monitorização de qualidade de vida que

se procura desenvolver. Os resultados obtidos constituem um contributo importante para a identificação de deficiências e lacunas que é necessário superar.

9. Resultados: apresentação e discussão

Tendo por base as opções metodológicas e a sequência de procedimentos anteriormente descritas, classificaram-se os vários municípios do Continente, primeiro por objectivo estratégico e depois de acordo com uma tipologia de síntese. Os resultados obtidos serão brevemente apresentados e discutidos nos parágrafos seguintes.

. Resultados por objectivo estratégico

Para cada objectivo estratégico, os concelhos do Continente foram classificados numa escala de cinco categorias, variando entre 1 - “bastante favorável” (extremo mais positivo) e 5 - “bastante desfavorável” (extremo mais negativo), englobando a classe intermédia (3- “razoável”) os valores em torno da média dos indicadores considerados em cada um dos casos⁵. A incidência relativa das várias categorias por objectivo estratégico e natureza dos indicadores pode ver-se no quadro 10.

Quadro 10. Qualidade de vida: incidência relativa das várias categorias de concelhos por objectivos estratégicos e natureza dos indicadores, 2001

Categorias	Objectivo Estratégico 1: Preservar capital natural e paisagístico			Objectivo Estratégico 2: Preservar capital humano e social			Objectivo Estratégico 3: Capacitar capital humano e social		
	Indicadores de:			Indicadores de:			Indicadores de:		
	Pressão (%)	Estado (%)	Resposta (%)	Pressão (%)	Estado (%)	Resposta (%)	Pressão (%)	Estado (%)	Resposta (%)
Bastante favorável	0,7	6,1	9,7	5,0	5,4	8,3	4,7	5,0	7,2
Favorável	35,6	13,3	12,9	27,7	27,7	17,3	27,3	26,3	19,4
Razoável	36,0	54,7	41,0	37,1	36,7	41,0	39,9	38,8	39,9
Desfavorável	19,8	17,3	35,6	24,1	23,7	30,6	19,4	21,6	30,9
Bastante desfavorável	7,9	8,6	0,7	6,1	6,5	2,9	8,6	8,3	2,5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Da observação do quadro 10 destacam-se alguns aspectos:

- a) Em termos gerais, os indicadores de pressão têm uma incidência relativa mais favorável (cerca de 1/3 dos concelhos integram as duas categorias de topo), passando-se o inverso com os indicadores de resposta; os indicadores de estado colocam-se numa posição intermédia, mas mais próxima dos indicadores de pressão;

⁵ 1. *Bastante Favorável*: $>Média+1\sigma$ (desvio-padrão); 2. *Favorável*: entre $Média+ \frac{1}{2}\sigma$ e $Média+1\sigma$; 3. *Razoável*: $Média \pm \frac{1}{2}\sigma$; 4. *Desfavorável*: entre $Média - \frac{1}{2}\sigma$ e $Média-1\sigma$; 5. *Bastante desfavorável*: $<Média -1\sigma$.

- b) No caso do Objectivo Estratégico 1 (preservar o capital natural e paisagístico), os indicadores de pressão concentram-se nas categorias “favorável” e “razoável” (distribuição assimétrica positiva), os indicadores de estado têm uma distribuição muito concentrada na categoria intermédia (“razoável”), mas ainda assim com uma ocorrência significativa de municípios classificados como situações “muito desfavoráveis” (8,6%), e os indicadores de resposta estão polarizados pelas categorias “razoável” e média-baixa “desfavorável” (distribuição assimétrica negativa);
- c) Os indicadores relativos ao Objectivo Estratégico 2 (preservar o capital humano e social) são os que mais se aproximam de distribuições estatisticamente normais, com uma repartição simétrica em relação à categoria central, à excepção dos indicadores de resposta, que revelam um maior peso das categorias menos favoráveis;
- d) Os indicadores associados ao Objectivo Estratégico 3 (capacitar o capital humano e social) apresentam distribuições assimétricas não muito acentuadas (positiva, no caso dos indicadores de pressão; negativa para os indicadores de resposta) e simétrica no que concerne aos indicadores de estado;
- e) No caso dos indicadores de estado do Objectivo Estratégico 1 e dos indicadores de pressão e de estado do Objectivo Estratégico 3, o somatório do peso percentual das duas categorias extremas (“bastante favorável” e “bastante desfavorável”) é particularmente elevado (superior a 13%), indiciando a existência de disparidades muito fortes no seio dos municípios do Continente; *os contrastes do ponto de vista da qualidade ambiental e paisagística e da capacitação dos recursos humanos são, pois, mais gritantes do que os que se referem aos aspectos sócio-demográficos e à satisfação de necessidades básicas, o que revela que a realidade portuguesa é particularmente assimétrica em aspectos decisivos para as sociedades contemporâneas: a sustentabilidade ambiental e a capacitação humana.*

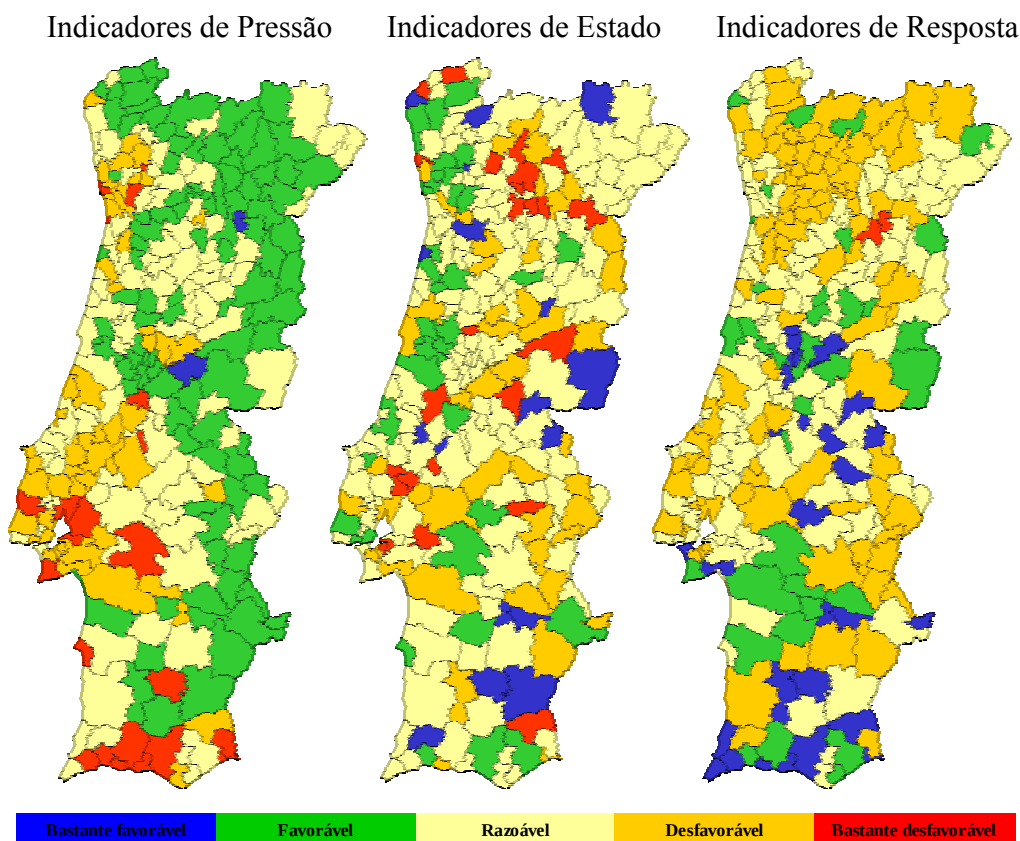
As figuras 7 a 9 permitem visualizar a distribuição espacial das várias categorias de municípios por objectivos estratégicos e tipos de indicador (pressão, estado e resposta). Para todos os objectivos estratégicos, a geografia das várias categorias é distinta conforme se consideram indicadores de pressão, de estado ou de resposta. Uma visão multidimensional e prospectiva de cada objectivo estratégico supõe, por isso, uma abordagem conjunta e sistémica destas três componentes.

No que se refere à preservação do capital natural e paisagístico (*Objectivo Estratégico 1*), as maiores pressões associam-se a dinâmicas construtivas mais activas, a uma maior sensibilidade aos incêndios florestais e à existência de actividades económicas e de padrões de poder de compra ambientalmente mais predadores, pelos recursos naturais que consomem e pela poluição que provocam. O mapa da figura 7 relativo aos indicadores de pressão revela as áreas mais expostas a esse conjunto de factores, com destaque para o Algarve e vários municípios suburbanos ou periurbanos das metrópoles de Lisboa e

Porto, para além de alguns concelhos isolados com implantações industriais de grande dimensão, como Sines (complexo petroquímico), Castro Verde (minas) ou Constância (celulose)⁶. As situações mais favoráveis distribuem-se em grande parte pelo interior, mas ocorrem igualmente em áreas do litoral.

Os indicadores de *estado* relativos ao Objectivo Estratégico 1 dizem basicamente respeito a aspectos qualitativos dos sistemas de saneamento básico (recolha selectiva de resíduos sólidos, tratamento de águas residuais, etc.). Este facto explica, por um lado, a elevada presença da categoria intermédia (“razoável”), reflexo do nível geral de desenvolvimento deste tipo de infra-estruturas no país, e, por outro, a geografia fragmentada das classes extremas, consequência de opções autárquicas particulares. Saliente-se, ainda assim, a concentração particularmente significativa de situações “bastante desfavoráveis” na zona central do Douro e área envolvente.

Figura 7. Objectivo Estratégico 1 – Preservar o capital natural e paisagístico: caracterização dos municípios do Continente, 2001

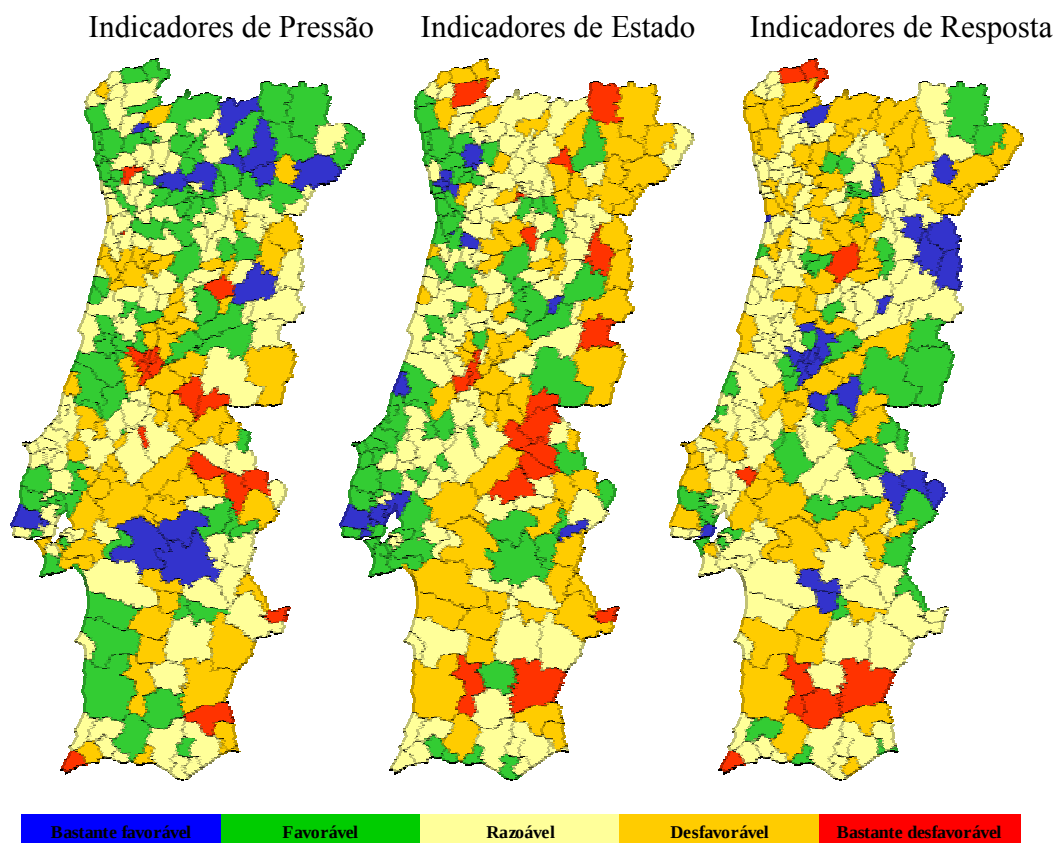


⁶ O resultado aparentemente anómalo de Ferreira do Zêzere deve-se ao facto de este ser o concelho do país com maior número de pedidos de licenças PCIP (Prevenção e Controlo Integrado de Poluição) por 100 mil habitantes, um indicador de presença de indústrias com forte potencial poluente.

Finalmente, e ainda no que se refere ao Objectivo Estratégico 1, os indicadores de *resposta* considerados (despesas dos municípios *per capita* em áreas relacionadas com a gestão ambiental e paisagística, presença relativa de bombeiros e de seguros agrícolas) ressaltam a zona da Cordilheira Central e partes significativas do Alentejo e do Algarve como as áreas com classificações mais positivas, enquanto no Norte predominam as categorias menos favoráveis. A pressão resultante de uma maior vulnerabilidade à ocorrência de incêndios florestais, a estrutura da propriedade agrícola e as orientações prioritárias das autarquias explicam, em parte, a incidência geográfica dos resultados mais positivos.

A figura 8 mostra os resultados obtidos para os indicadores associados ao *Objectivo Estratégico 2*: preservar o capital humano e social.

Figura 8. Objectivo Estratégico 2 – Preservar o capital humano e social: caracterização dos municípios do Continente, 2001



Os indicadores de *pressão* levaram em conta dinâmicas demográficas (envelhecimento, regressão populacional), sociais (divórcios), económicas (excessiva especialização produtiva, envelhecimento e densidade do parque automóvel) e funcionais (sobretudo utilização dos equipamentos de saúde) que permitissem medir o grau de exposição a distintos tipos de risco para preservação do capital humano e social. O Norte destaca-se

pelos resultados positivos obtidos por um grande número de municípios, mas classificações também favoráveis são obtidas por concelhos de áreas tão diferentes como a zona de Leiria, o Alentejo central ou o litoral alentejano.

Os indicadores de *estado* do Objectivo Estratégico 2 cobrem aspectos relacionados com dinâmicas demográficas, saúde, qualidade de infra-estruturas básicas, acidentes rodoviários e estrutura do emprego. As manchas mais relevantes de municípios com resultados positivos desenvolvem-se em torno de Lisboa e Porto. Mas várias cidades médias externas às duas regiões metropolitanas portuguesas salientam-se, também, ao obter classificações favoráveis. A maior parte das situações mais problemáticas correspondem a concelhos rurais do interior e do Alentejo.

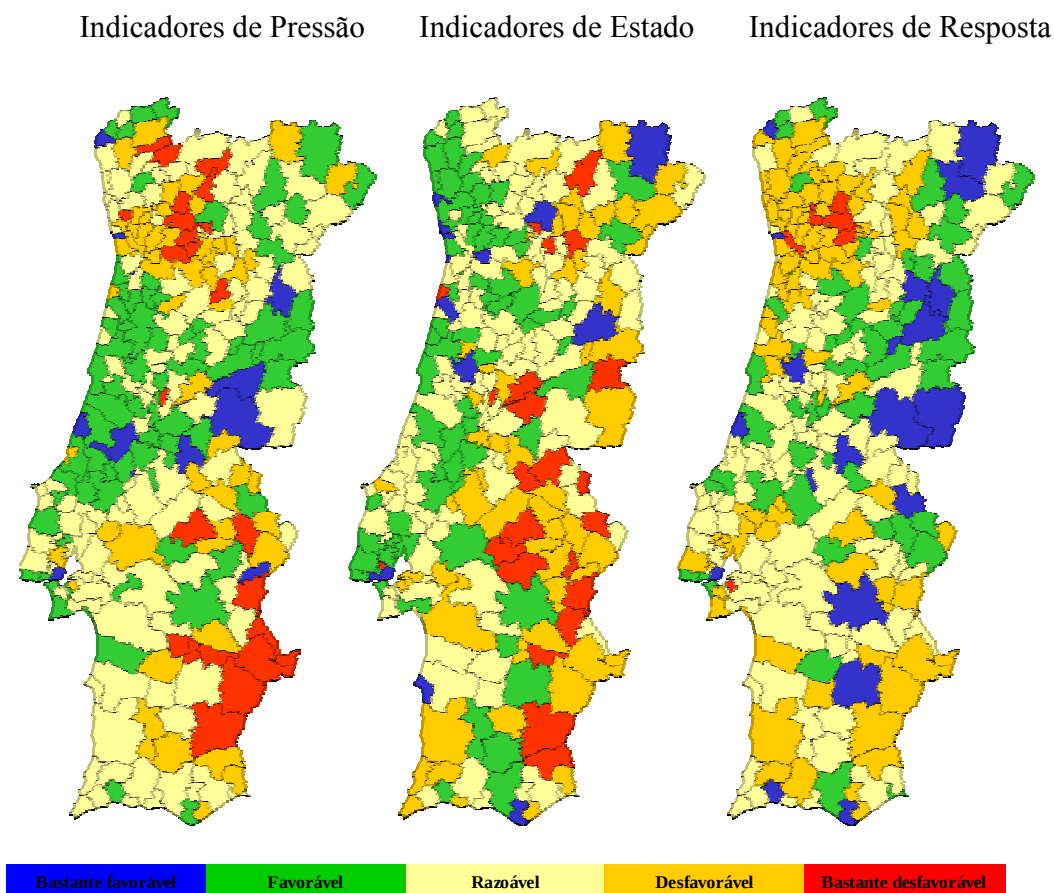
Finalmente, e quanto aos indicadores de *resposta*, contemplaram-se aspectos relacionados com a acção autárquica, com a dotação de recursos na área da saúde, com o desemprego e com comportamentos sociais no domínio da demografia (fecundidade). Os resultados mais positivos ocorrem, para além de Lisboa, em pequenos concelhos do interior e da faixa raiana. Neste últimos, é sobretudo o efeito dimensional que justifica os resultados obtidos, ao proporcionarem capitações elevadas explicadas pelo reduzido número de residentes.

A figura 9 apresenta os resultados relativos ao *Objectivo Estratégico 3*: capacitar o capital humano e social.

Os indicadores de *pressão* utilizados neste caso são escassos, por falta de informação adequada, abarcando três aspectos: ausência de envolvimento no sistema formal de educação (níveis pré-escolar e secundário), desemprego e exclusão social associada a situações de pobreza e subemprego. A maior parte dos concelhos da região Centro integram as duas categorias mais favoráveis. Já a maior parte dos municípios do Noroeste e da orla raiana do Alentejo mostram resultados desfavoráveis ou mesmo bastante desfavoráveis. Neste caso, como noutros, graus idênticos de exposição a factores negativos de pressão ocorrem em contextos sócio-económicos e territoriais muito distintos, envolvendo áreas suburbanas, periurbanas de industrialização rural difusa ou rurais de localização marginal.

Os indicadores de *estado* associados ao Objectivo Estratégico 3 são variados: resultados escolares no 12º ano de escolaridade, estrutura da população activa assalariada do sector privado (idade, habilitações literárias, qualificações), uso de recursos culturais e de tele-serviços, e participação cívica. O mapa relativo a estes indicadores é bastante distinto do anterior. As situações mais favoráveis têm uma incidência claramente urbana, quer em sentido estrito (concelhos com centros urbanos) quer em sentido funcional (municípios integrados, por razões de proximidade e de acessibilidade, em dinâmicas de natureza urbana). Ao nível regional, Trás-os-Montes e o Alentejo concentram uma percentagem bastante significativa das ocorrências mais negativas.

**Figura 9. Objectivo Estratégico 3 – Capacitar o capital humano e social:
caracterização dos municípios do Continente, 2001**



Também os indicadores de *resposta* englobam aspectos diversificados, desde o investimento autárquico e/ou a dotação em vários tipos de equipamentos e serviços à capacidade de absorção do desemprego e de criação de riqueza. A natureza urbana dos concelhos e, supletivamente, a reduzida dimensão demográfica dos municípios explicam os resultados mais favoráveis. Ao nível regional, destacam-se, negativamente, o Noroeste do país e, positivamente, a Beira Interior.

De forma a obter uma *visão de conjunto por objectivo estratégico*, sintetizaram-se os três resultados alcançados em cada município (sínteses dos indicadores de pressão, de estado e de resposta) em três situações possíveis: favorável, razoável e desfavorável. A definição de cada uma destas situações, construída a partir das classificações constantes no Anexo 2, obedeceu aos seguintes critérios:

- Situação favorável

. Resultado de síntese dos indicadores de estado inferior a 3 (isto é, com a classificação de “bastante favorável” ou “favorável”), ou

. Resultado de síntese dos indicadores de estado igual a 3 (“razoável”), mas resultado de síntese dos indicadores de pressão inferior a 3 (isto é, “bastante favorável” ou “favorável”), ou ainda

. Resultado de síntese dos indicadores de estado igual a 3 (“razoável”), mas diferença entre os resultados de síntese dos indicadores de resposta e de pressão superior a 2.

Em suma, uma situação é globalmente classificada como “favorável” se a síntese dos indicadores de estado for bastante positiva ou se, sendo média, o impacte absoluto ou relativo dos indicadores de pressão for também bastante positivo.

- Situação desfavorável

. Resultado de síntese dos indicadores de estado superior a 3 (isto é, com a classificação de “bastante desfavorável” ou “desfavorável”), ou

. Resultado de síntese dos indicadores de estado igual a 3 (“razoável”), mas resultado de síntese dos indicadores de pressão superior a 3 (isto é, “bastante desfavorável” ou “desfavorável”), ou ainda

. Resultado de síntese dos indicadores de estado igual a 3 (“razoável”), mas diferença entre os resultados de síntese dos indicadores de pressão e de resposta superior a 2.

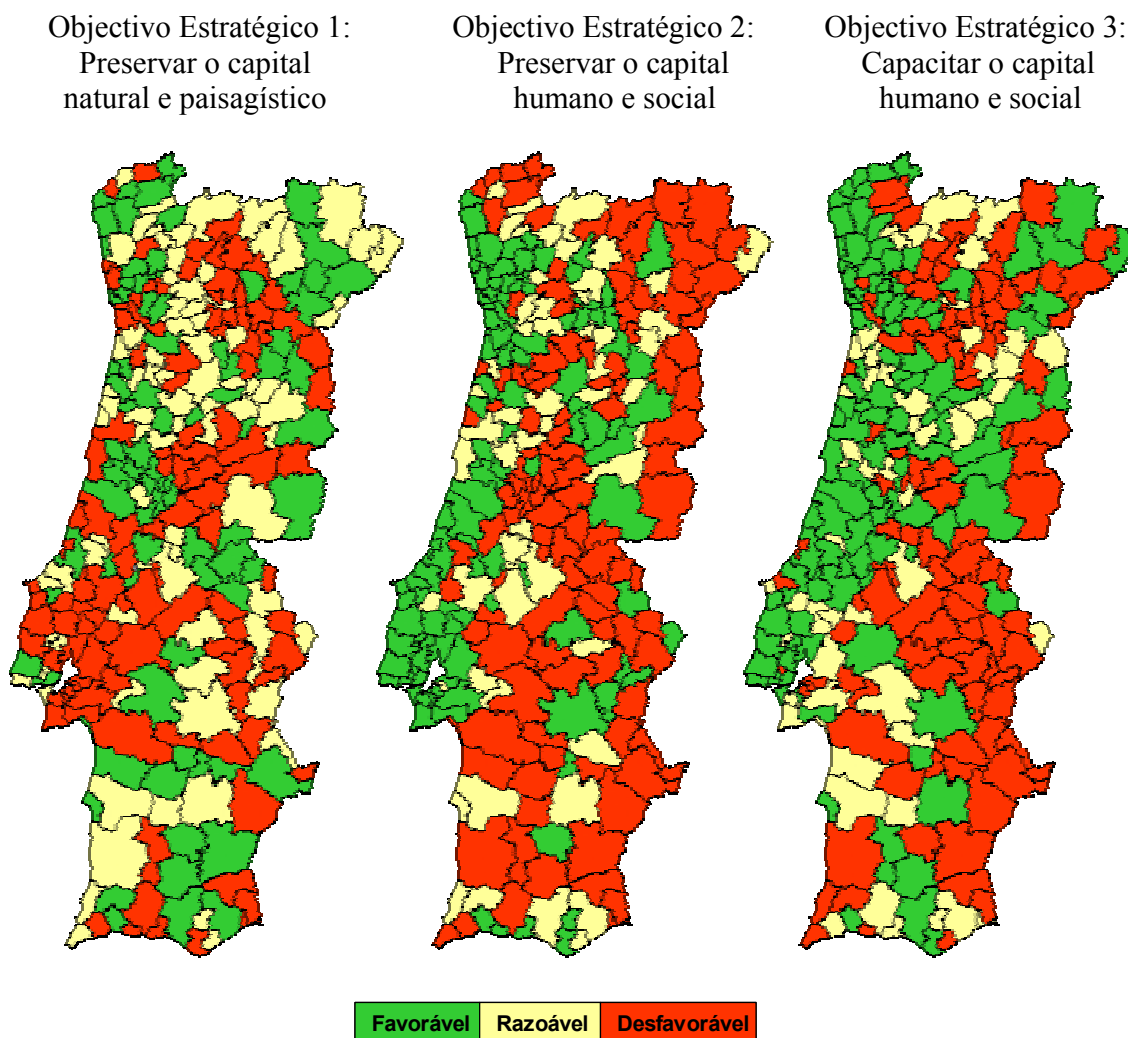
Em suma, uma situação é globalmente classificada como “desfavorável” se a síntese dos indicadores de estado for negativa ou se, sendo média, o impacte absoluto ou relativo dos indicadores de pressão for negativo.

- Situação razoável

Inclui os resultados compreendidos entre as duas categorias anteriores, correspondendo a situações médias, não problemáticas mas também não particularmente positivas.

A classificação obtida por cada um dos concelhos para os três objectivos estratégicos pode ver-se na figura 10.

**Figura 10. Qualidade de vida nos municípios do Continente, 2001:
síntese por objectivos estratégicos**



. Tipologia final de síntese

O perfil de qualidade de vida dos municípios do Continente em 2001 foi obtido a partir dos resultados de síntese por objectivo estratégico (ver Anexo 3). Definiram-se, assim, cinco tipos de perfis:

- Maioritariamente favorável: classificação de “favorável” em, pelo menos, dois objectivos estratégicos e ausência da classificação “desfavorável”;

- Maioritariamente favorável, mas pontualmente desfavorável: ocorrência de duas classificações “favorável” e de uma “desfavorável”;
- Maioritariamente razoável: ocorrência de pelo menos duas classificações “razoável”;
- Maioritariamente desfavorável, mas pontualmente favorável: ocorrência de duas classificações “desfavorável” e de uma “favorável”;
- Maioritariamente desfavorável: classificação de “desfavorável” em, pelo menos, dois objectivos estratégicos e ausência da classificação “favorável”.

A estes cinco perfis adicionou-se, ainda, um quinto, caracterizado pela não prevalência de qualquer tendência (ocorrência de uma classificação de cada um dos tipos: favorável, razoável e desfavorável).

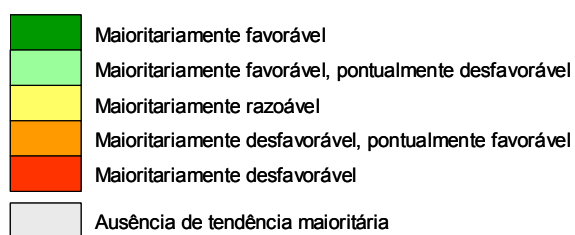
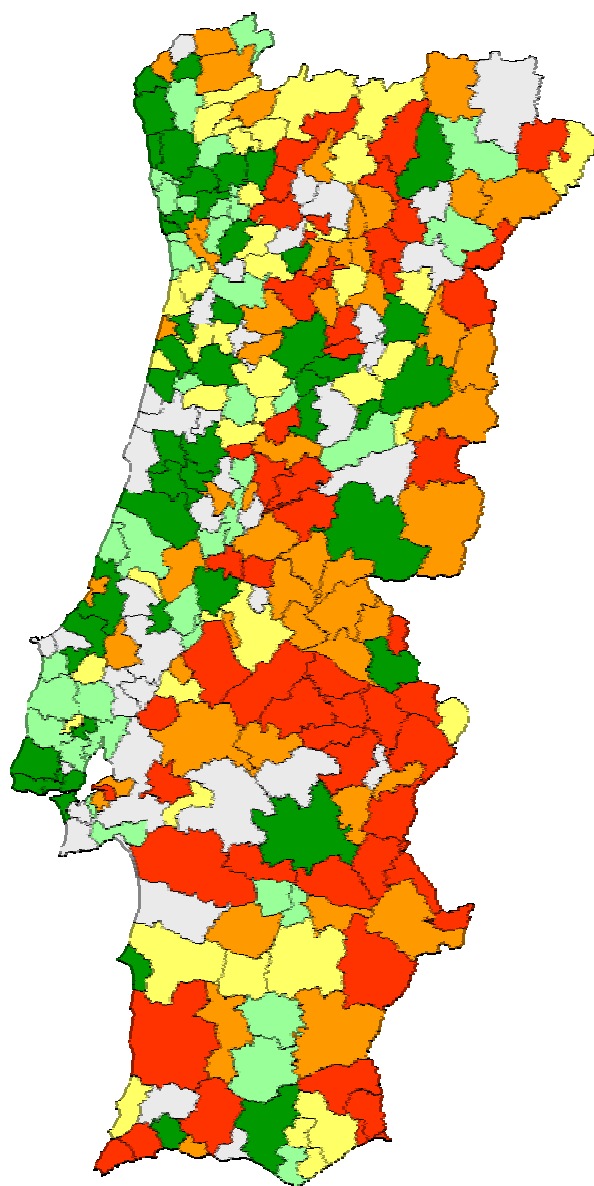
Os perfis obtidos podem ser consultados no Anexo 3 e visualizados na figura 11.

Os resultados desta tipologia mostram como os vários perfis tendem, por vezes, a desenhar manchas sub-regionais de concelhos com resultados idênticos. *Esta contiguidade espacial revela que, sob muitos aspectos, os perfis concelhios de qualidade de vida reflectem, sobretudo, processos de natureza estrutural e de escala supra-local (dinâmicas demográficas, perfis de especialização económica, etc.), ultrapassando, por isso, explicações – e, também, soluções – de âmbito estritamente local.*

Por outro lado, e como por diversas vezes se sublinhou, *perfis de qualidade de vida idênticos podem associar-se a contextos sócio-económicos e territoriais distintos.* Ou seja, confirma-se que a natureza multidimensional da qualidade de vida impede o estabelecimento de relações de causalidade unilineares com determinadas características dos concelhos, como a dimensão, a localização, o grau de urbanização ou o poder médio de compra da população residente. Comprova-se, assim, a necessidade de ultrapassar estereótipos que associam, mecanicamente, os níveis mais elevados de qualidade de vida a uma de duas situações: concelhos urbanos com elevado poder de compra ou, no extremo oposto, o “bom velho mundo rural”.

É a complexidade dos processos de qualidade de vida, das suas causas, manifestações e resistências, que justifica um processo de monitorização capaz de sugerir *opções, prioridades e estratégias de acção adequadas à escala municipal mas conscientes da natureza bem mais ampla de muitos dos fenómenos envolvidos.* Aos vários poderes de decisão locais – políticos, técnicos e cívicos – não se podem exigir todas as soluções para uma melhor qualidade de vida das comunidades municipais. Mas a eles caberá sempre um papel decisivo na qualificação do ambiente, da paisagem e da vida social e económica locais. Qualquer processo de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses terá os agentes e as populações locais como primeiros destinatários. Cabe-lhes, por isso, um papel decisivo como *abonadores* da pertinência e da qualidade do sistema de monitorização a desenvolver.

**Figura 11. Perfil de qualidade de vida nos municípios do Continente, 2001:
tipologia final de síntese**



COMENTÁRIO FINAL E RECOMENDAÇÕES

O desenvolvimento de um processo de monitorização regular da qualidade de vida nos municípios portugueses constitui uma iniciativa facilmente reconhecida como relevante. De facto, a existência de um sistema de informação que permita medir, acompanhar e avaliar a evolução da qualidade de vida é importante para que cidadãos e decisores políticos e técnicos possam compreender as causas das situações existentes e, assim, definir de forma mais sólida as prioridades e as acções mais adequadas à melhoria sustentada da qualidade de vida nos vários municípios de país. Para os diferentes decisores, o processo de monitorização corresponde a um instrumento útil para formular orientações de política. Para os cidadãos, constitui uma fonte de consciencialização das condições de bem-estar existentes nas várias parcelas do território nacional.

Este trabalho visou, justamente, contribuir para a definição de um dispositivo de acompanhamento baseado num sistema de indicadores estatísticos de base anual e concelhia, tendo presente que indicadores deste tipo não apreendem aspectos de natureza qualitativa e subjectiva. Um sistema global de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses não poderá prescindir, por isso, de outros instrumentos de recolha sistemática de informação, como já hoje sucede com o Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente (OBSERVA/ISCTE e ICS).

Para o êxito do sistema de indicadores estatísticos proposto, consideraram-se como factores decisivos as três ideias seguintes:

- *Clareza e coerência conceptual*: necessidade de adoptar como referencial conceptual o conceito integrado de qualidade de vida, baseado numa visão multidimensional e holística da realidade existente;
- *Adequação metodológica*: vantagem de recorrer, como referencial metodológico, ao modelo P.E.R. – Pressão – Estado – Resposta, alargando a sua utilização a todas as dimensões de análise consideradas;
- *Visão de benchmarking*: utilidade de associar cada indicador a um critério de performance, de forma a ser possível medir e avaliar os progressos ocorridos em cada concelho em função da distância que o separa das situações mais favoráveis.

Paralelamente, o trabalho realizado pautou-se por duas preocupações de ordem geral:

- *Comunicabilidade*: maximizar a articulação com a bibliografia internacional sobre indicadores de qualidade de vida, por um lado, e com os sistemas de produção estatística

do país, pelo outro, de modo a evitar soluções que, de tão originais, dificilmente comuniquem, tanto em termos teóricos como empíricos, com a envolvente existente;

- *Transparência*: clarificar opções, critérios e procedimentos como forma de garantir um fácil controlo analítico externo, dado que os sistemas complexos de informação e os tratamentos estatísticos que a partir deles é possível efectuar facilmente se transformam em verdadeiras “caixas negras”, de difícil apreensão.

O exercício desenvolvido, os problemas com que se defrontou e os resultados obtidos permitem apresentar, nesta parte final, algumas recomendações visando tornar exequível e eficiente a criação de um sistema de indicadores estatísticos de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses:

. *Continuidade, coordenação e responsabilização institucional*

Os processos de monitorização pressupõem a existência de uma gestão continuada, baseada numa coordenação eficiente, tanto do ponto de vista estratégico como executivo. Devem, por isso, basear-se numa *programação plurianual*, guiada por metas bem definidas e suportada por uma dotação adequada de recursos humanos, financeiros e outros.

Por outro lado, os dispositivos de monitorização têm de envolver tanto as entidades gestoras e executoras dos processos de acompanhamento, como as instituições fornecedoras de informação e os principais destinatários (neste caso, as autarquias). Uma relação saudavelmente iterativa, que ultrapasse a tradicional dicotomia entre responsáveis pela iniciativa, fornecedores passivos de informação, analistas e utentes mais importantes, implica uma visão de responsabilidades partilhadas. É, pois, ao *conjunto das entidades participantes*, e não apenas à entidade gestora ou executora do sistema de indicadores de qualidade de vida, que cabe *debater e sancionar as grandes opções conceptuais e metodológicas*.

. *Gestão da complexidade*

A multidimensionalidade do conceito integrado de qualidade de vida e a diversidade de informação que a sua monitorização exige impõem um forte esforço de selectividade de indicadores, baseada em critérios de representatividade, de pertinência e de simplicidade.

A aplicação judiciosa deste conjunto de critérios apenas é possível face à *existência de referenciais conceptuais e metodológicos explicitamente formulados* e ao *estabelecimento de objectivos claros*. Torna-se, por isso, particularmente importante esclarecer, desde o início, todas as opções tomadas nestes domínios.

Ao mesmo tempo, a gestão da complexidade, associada a regras de exequibilidade e de gestão eficiente de recursos, aconselha a que se autonomize um *núcleo central de indicadores*, de indiscutível relevância estratégica e susceptíveis de serem avaliados a partir de critérios de performance de âmbito internacional ou correspondendo a metas

quantificadas aprovadas por autoridades nacionais. Esta é outra tarefa fundamental a definir pelas várias entidades participantes. Os restantes indicadores, ainda que igualmente pertinentes, assumem um carácter de relativa supletividade, sendo de particular utilidade para análises de âmbito mais focalizado.

. Adequação da informação

O desenvolvimento de qualquer base de dados confronta-se, inevitavelmente, com o tipo de informação disponível. No caso do sistema de indicadores de qualidade de vida agora proposto, a adopção do modelo Pressão – Estado – Resposta agravou, pela sua exigência e relativa especificidade, o desajustamento entre as variáveis requeridas e os dados existentes. Nalguns casos não foi possível construir os indicadores mais pertinentes, em virtude da ausência de dados adequados. Noutros casos, a informação disponível coloca dúvidas em termos de fiabilidade. Noutros ainda, a informação pretendida não existe de todo. Recorde-se que o quadro 8 permite identificar os sub-domínios onde a lacuna de indicadores estatísticos apropriados mais se faz sentir.

Ora a utilidade de qualquer sistema de informação depende, em primeiro lugar, da adequação e da fiabilidade dos indicadores que produz. Assim, o sistema de indicadores estatísticos de monitorização de qualidade de vida nos municípios portugueses exige, por um lado, a possibilidade de produção de *novos indicadores* e, por outro, a existência de mecanismos eficientes de *controlo de qualidade* da informação utilizada.

A identificação e a construção dos indicadores em falta deverão resultar de um trabalho conjunto das várias entidades envolvidas no processo de monitorização e processar-se em estreita colaboração com o SIDS, o sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável.

. Ligação à comunidade

A monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses interessa tanto a decisores políticos e técnicos, responsáveis pela formulação, execução e avaliação de políticas, como aos cidadãos em geral, a quem compete a responsabilidade cívica de um maior empenhamento na melhoria sustentada das condições locais de bem-estar.

O fácil acesso à informação disponível, desde os dados primários às suas diferentes formas de organização e de síntese ou às várias análises produzidas, constitui, por isso, uma condição básica para que o processo de monitorização proposto possa cumprir plenamente a sua função. Assim, torna-se essencial desenvolver uma *estratégia de visibilidade e notoriedade*, assente no acesso fácil à base de dados e na divulgação activa dos resultados obtidos.

. O debate público como factor de qualidade e de melhoria permanente

Qualquer processo de monitorização pressupõe a continuidade e a estabilidade necessárias para viabilizar comparações inter-anuais, mas também a flexibilidade

suficiente para se ajustar a novas realidades. Ora se é verdade que, conforme se salientou em pontos anteriores, os processos de monitorização exigem uma boa cooperação institucional e uma estratégia de comunicação eficiente visando distintos públicos-alvo, não é menos certo que o *debate público* suscita, de forma muitas vezes mais expressiva, interrogações e controvérsias que se revelam da maior utilidade para reajustar procedimentos rotinizados a novas realidades.

O debate público da informação e das análises produzidas deve, portanto, constituir uma peça central de valorização, qualificação e actualização do processo de monitorização.

Referências bibliográficas

- Allardt, Erik (1973), *About Dimensions of Welfare*, University of Helsinki: Research Group for Comparative Sociology – (Research report no. 1), Helsinki.
- Allardt, Erik (1993), “Having, Loving, Being: An Alternative to the Swedish Model of Welfare Research”, in Nussbaum, Martha and Amartya Sen (eds.), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.
- Andrews, F. R. y Whitley, S. B. (1976). *Social indicators of well-being, Americans’ perceptions of life quality*. New York: Plenum Press.
- Argyle, M. (1996), *The Social Psychology of Leisure*, Londres, Penguin.
- Argyle, M. (1996), “Subjective well-Being” in Offer, A. (Ed.), *In Pursuit of the Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press Oxford.
- Berger-Schmitt, Regina e Heinz-Herbert Noll (2000), *Conceptual Framework and Structure of a European System of Social Indicators*, Mannheim, ZUMA / EUReporting.
- Blanchflower, D.G., A.J. Oswald e P.B. Warr (1996), “Well-Being Over Time in Britain and the USA”, Paper presented at an Economics of Happiness Conference, London School of Economics.
- Bradburn, N.M. (1969), *The Structure of Psychological well-being*, Chicago, Aldine.
- BRES (2000), *Pour le Développement Durable en Région de Bruxelles-Capital, Développement Durable*, note n° 2, Bruxelles Economique et Social, www.ibgebim.be/OBS/ODE/Download/341_noteindicateurs.pdf
- Campbell, A. (1981), *The Sense of Well-Being in America*, N.York, McGraw Hill.
- Cantril, H. (1965), *The pattern of human concerns*. New Brunswick, Rutgers University Press.
- CAG/LUC (1993), *An Environmental Strategy for Hertfordshire: Methodological Report and Strategy Report*, CAG Consultants and Land Use Consultants for Hertfordshire County Council Planning Department, County Hall, Hertford.
- Chaves, Maria Cristina (1994), “A Dimensão Ecológica do Desenvolvimento. Elementos de Reflexão sobre o Novo Conceito de ”Ecodesenvolvimento””, *Caderno de Ciências Sociais*, n.º 14, pp. 79-118.
- CMAD (1991), *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa, Meriberica.
- Clark, A.E. (1999a), “Job Satisfaction in Britain”, *British Journal of Industrial Relations*, 34, pp. 189-217.
- Clark, A.E. (1996b), “Working and Well-Being: Some International Evidence”, Mimeo, Paris, OECD.
- Clark, A.E. e A.J. Oswald (2002), *A Simple Method for Measuring How Life Events Affect Happiness – New revision*, Paris, CNRS / DELTA.
- Cobb, Clifford W. (2000), *Measuring Tools and the Quality of Life*, São Francisco, Redefining Progress, www.rprogress.org
- Cobb, Clifford, Gary Sue Goodman e Mathis Wackernagel (1999), *Why Bigger isn’t Better: the Genuine Progress Indicator – 1999 update*, São Francisco, Redefining Progress, www.rprogress.org

- Cohen, G.A. (1993), "Equality of What? On Welfare, Goods, and Capabilities" in Nussbaum, Martha and Amartya Sen (eds.), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.
- Comissão das Comunidades Europeias, Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano (1994), *Cidades Europeias Sustentáveis. Primeiro Relatório*, Bruxelas.
- Commonwealth of Australia (1994), *State of the Environment Reporting: Framework for Australia*. Department of the Environment, Sport and Territories, Canberra.
- CIDE – Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro (2001), *IQM: Índice de Qualidade dos Municípios: Carências*, Rio de Janeiro, CIDE.
- CNUAD (1992), *Agenda 21: Documento da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – versão portuguesa*, Lisboa, Instituto de Promoção Ambiental, 1993.
- DGA-DSIA (2000), *Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, Lisboa, Direcção Geral do Ambiente – Direcção de Serviços de Informação e Acreditação.
- Department of the Environment, Transport and the Regions – United Kingdom (2001), *Achieving a Better Quality of Life – Review of Progress Towards Sustainable Development: Government Annual Report 2000*, DETR Internet service <http://www.detr.gov.uk/>
- Diener, E., E. Suh e S. Oishi (1997), *Recent Findings on Subjective Well-being*, Champaign, University of Illinois, <http://s.psych.uiuc.edu/~ediener/hottopic/paper1.html>
- Diener, E. e R. Biswas-Diener (2000), *New Directions in Subjective Well-being Research: the Cutting Edge*, Champaign, University of Illinois, http://s.psych.uiuc.edu/~ediener/hottopic/NEW_DIRECTIONS.html
- Di Tella, R., R. MacCulloch e A.J. Oswald (1996), "The Macroeconomics of Happiness", Mimeo, Oxford and Warwick.
- Doyal, L e I.Gough (1991), *A Theory of Human Needs*, Londres, Macmillan.
- ECSP (2001), *Developing Tools for measuring Sustainable Development, Environmental Change and Security Project*, <http://www.ecsp.si.edu/archive/wellbeing.htm>
- Ferrer-I-Carbonell, Ada (2002), *Subjective Questions to Measure Welfare and Well-being*, Amesterdão, Tinbergen Institute, <http://www.tinbergen.nl>
- Garcia, Pilar e Mark McCarthy (1996), *Measuring Health. A Step in the Development of City Health Profiles*, World Health Organization, Regional Office for Europe, Copenhagen.
- Gössweiner, Veronika, Christiane Pfeiffer e Rudolf Richter (2001), *Quality of Life and Social Quality*, Viena, ÖIF.
- Haberler, G. (1937), *Prosperity and Depression: A theoretical analysis of cyclical movements*, New York, United Nations.
- Haglund, B., Pettersson, B., Finer, D. e Tillgren, P. (eds.) (1996), *Creating Supportive Environments for Health: Stories from the Third International Conference on Health Promotion*, Sundsvall, Sweden, Geneva, WHO.
- Hancock, Trevor (2000), *Quality of Life Indicators and the DHC*, www.seo-dhc.org/reports/29_QOLIndicators.pdf

- Henderson, Hazel, Lickerman, Jon e Flynn, Patrice (eds) (2000), *Calvert-Henderson Quality of Life Indicators. A New Tool for Assessing National Trends*, Bethesda, Calvert Group.
- Henriques, José Manuel (1983), *As Necessidades Humanas e a Problemática do Desenvolvimento: o Conceito de "Necessidades Básicas"*, Lisboa, Instituto Damião de Góis.
- ILO (1976a), *Meeting Basic Needs: Strategies for Eradicating Mass Poverty and Unemployment*, Genebra, International Labor Organization.
- ILO (1976b), *Employment, Growth and Basic Needs: a One-world Problem*, Genebra, International Labor Organization.
- Inglehart, R. (1990), *Cultural Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R. e H. D. Klingemann (2000), *Genes, Culture and Happiness*, MIT Press.
- Jacson, T. E Marks, N. (1994), *Measuring Sustainable Economic Welfare. A Pilot Index 1950-1990*, Stockholm, Stockholm Environmental Institute.
- Kaldor, N. (1938), "The Recent Controversy on the Theory of Capital", *Econometrica*, Vol. 5, pp. 201-33.
- Kaldor, N. (1938), "On the Theory of Capital: A rejoinder to Professor Knight", *Econometrica*, Vol. 6, pp.163-76.
- Lewis, A. (1981), "The Rate of Growth of World Trade, 1830-1973", in Grassman and Lundberg (Eds.), *World Economic Order*, Londres, Macmillan.
- Marques, Teresa Sá (2003), *Dinâmicas Territoriais: Portugal na Transição do Século (XX/XXI)*, dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Maslow, Abraham, H. (1954), *Motivation and Personality*, Nova York, Harper & Row.
- Meadows et alii (1972), *Os Limites do Crescimento*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Mela, Alfredo, et alii (2001), *A Sociologia do Ambiente*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Miles, I. (1985), *Social Indicators for Human Development*, Londres, Frances Pinter.
- Noll, Heinz-Herbert (2000), *The European System of Social Indicators: an Instrument for Social Monitoring and Reporting*, paper prepared for 26th General Conference of the International Association for Research in Income and Wealth, Cracóvia, 27 de Agosto / 2 de Setembro.
- Nurkse, R. (1953), *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, Oxford, Oxford University Press.
- Nussbaum, Martha e Amartya Sen (1993), "Introduction", in Nussbaum, Martha and Amartya Sen (eds.), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.
- OCDE (1993), *Draft Synthesis Report*, Group on State of Environment workshops on Indicators for Use in Environmental Performance reviews. Doc ENV/EPOC/SE, Paris, OCDE.
- Oskamp, S. e P.W. Schultz (1998), *Applied Social Psychology*, Prentice-Hall, New Jersey (2.^a edição).

- Ottawa Charter for Health Promotion (1986), *First International Conference on Health Promotion*, Ottawa, Canadá, 17-21 Novembro 1986.
- Prescott-Allen, Robert (2001), *The Wellbeing of Nations. A Country-by-Country Index of Quality of Life and the Environment*, Covelo e Londres, Island Press.
- Robinson, J. (1956), *The Accumulation of Capital*. 1969 edition, New York, St. Martin's.
- Sachs, I. (1976), "Ecodevelopment," *Ceres* (Rome), no. 42:8-12.
- Sachs, I. (1986), *Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir*. São Paulo, Vértice.
- Schirnding, Yasmin von (2002), *Health in Sustainable Development Planning: The Role of Indicators*, World Health Organization, Genebra.
- Schultz, W. (1961), "Investment in Human Capital", *American Economic Review*, 51, pp.1-17.
- Schultz, W. (1962), "Reflections on investment in man", in *Journal of Political Economy* 5(2), pp. 1-8.
- Schultz, W. (1971), *Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research*,
- Schumacher, E.F. (1973), *Small is Beautiful*, Londres, Blond and Briggs.
- Schumpeter, J.A. (1954), *History of Economic Analysis*. New York: Oxford University Press.
- Seers, D. (1969), "The Meaning of Development." Paper presented at the 11th World Conference of the Society for International Development, New Delhi, 1417 November. *International Development Review* 11:2-6.
- Sen, Amartya (1993), "Capability and Well-being" in Nussbaum, Martha and Amartya Sen (eds.), *The Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.
- Singer, H. (1995), "Revitalizing the United Nations: five proposals" (co-edited by H.W. Singer and Richard Jolly) in 'Fifty years on: the UN and economic and social development', *IDS Bulletin*, 26 (4): 35-40, October.
- Stewart, Frances (1996), "Basic Needs, Capabilities, and Human development" in Offer, Avner (ed.), *In Pursuit of the Quality of Life*, Oxford, Clarendon Press.
- UNDP (2001a), *Fast Facts — Human Development Reports: Measuring Development and Influencing Policy*, N.York, Human Development Report Office /United Nations Development Programme.
- UNDP (2001b), *UNDP Thematic Trust Fund: Environment*, N. York, United Nations Development Programme / Bureau for Development Policy.
- US Congress, Office of Technology Assessment (1994), *International Health Statistics: What the Numbers Mean for the United States – Background paper*, Washington DC, Government Printing Office.
- Veenhoven, R. (1993), *Happiness in Nations; Subjective Appreciation of Life in 56 Nations 1946-1992*, Erasmus University Risbo, Roterdao.
- Veenhoven, Ruut (2001), *Quality-of-life and Happiness: Not Quite the Same*, www.eur.nl/fsw/research/veenhoven/Pub2000s/2001f-txt.rtf
- Viner, J. (1937), *Studies in the Theory of International Trade*, New York: Harper.
- Von Wright, G. H. (1963), *Varieties of Goodness*, Londres, Routledge.
- WHO (1989), *European Charter on Environment and Health*, http://www.who.dk/AboutWHO/Policy/20010827_3

WHO (1999), *Declaration: Third Ministerial Conference on Environment and Health*, Londres, 16/18 June.

WHO (1998), *Health-for-All in the 21st Century*, Geneva.

ANEXOS

ANEXO 1. Lista de indicadores por ordem alfabética da designação

INDICADOR	Código	Fonte	Ano
Acidentes de viação com vítimas por 1.000 veículos registados	O2. D4. E	CRA	2001
Água residual produzida (doméstica e de serviços) por habitante servido (m3)	O1. D3. P	INE	2001
Água residual tratada (água residual tratada / água residual drenada) (%)	O1. D3. E	INE	2001
Águas residuais - população servida com sistemas de drenagem (%)	O2. D3. E	INE	2001
Alunos matriculados no ensino pré-escolar por população 3-5 anos (%)	O3. D1. P	DAPP-ME	2001
Alunos matriculados no ensino secundário por população 15-17 anos (%)	O3. D1. P	DAPP-ME	2001
Beneficiários de subsídio de desemprego por 1.000 habitantes 15-65 anos	O2. D5. P	DETEFP	2002
Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por 1.000 habitantes 18 ou + anos	O3. D2. P	INE	2002
Bibliotecas: documentos disponíveis para consulta por habitante	O3. D3. R	INE	2001
Bibliotecas: utilizadores por população residente	O3. D3. E	INE	2001
Bombeiros por 1.000 habitantes	O1. D1. R	INE	2001
Caixas Multibanco por 1.000 habitantes	O3. D3. R	B.Portugal	2001
Consultas de clínica geral em Centros de Saúde por habitante	O2. D2. P	INE	2001
Consultas de planeamento familiar em Centros de Saúde por mulher 15-24 anos	O2. D2. R	INE	2001
Consultas de saúde infantil e juvenil em Centros de Saúde por habitante <15 anos	O2. D2. P	INE	2001
Consultas de saúde materna em Centros de Saúde por mulher 15-64 anos	O2. D2. P	INE	2001
Consumo de electricidade em iluminação de vias públicas por 1.000 habitantes (mKw)	O2. D3. R	DGE	2001
Consumo de energia eléctrica na agricultura e pesca por emprego na agricultura e pesca (mKw / trabalhador)	O1. D2. P	DGE	2001
Consumo doméstico e de serviços de água por habitante servido (m3)	O1. D3. P	INE	2001
Consumo industrial de energia eléctrica por emprego nas sociedades industriais (mKw / trabalhador)	O1. D2. P	DGE	2001
Crédito concedido à habitação por habitante (M€)	O2. D3. E	INE	2001
Crimes contra as pessoas e o património por 1.000 habitantes	O2. D3. P	MJ	2002
Desemprego de longa duração - desempregados sem colocação há mais de 1 ano (%)	O2. D5. R	IEFP	2001
Despesas dos municípios em gestão de águas residuais, per capita (€)	O1. D3. R	INE	2001
Despesas dos municípios em gestão de resíduos, per capita (€)	O1. D3. R	INE	2001
Despesas dos municípios em gestão e protecção da biodiversidade e da paisagem, per capita (€)	O1. D1. R	INE	2001
Diferencial salarial Homens/Mulheres no emprego estruturado	O2. D1. E	DETEFP	2000
Empresas poluentes – instalações PCIP por 100.000 habitantes	O1. D2. P	IA	2001
Enfermeiros em Centros de Saúde por 1.000 habitantes	O2. D2. R	INE	2001
Estabelecimentos de ensino superior por 10.000 habitantes 18-22 anos	O3. D1. R	DAPP-ME	2001
Estabelecimentos ensino pré-escolar por 1.000 habitantes 3-5 anos	O3. D1. R	DAPP-ME	2001
Estrutura do emprego estruturado segundo a duração do trabalho: % TPCO <= 30 horas	O2. D5. E	DETEFP	2000
Estrutura etária do emprego estruturado: % TPCO <25 anos	O3. D2. E	DETEFP	2000
Estrutura por habilitações literárias do emprego estruturado: % TPCO com bacharelato / licenciatura	O3. D2. E	DETEFP	2000
Estrutura por profissões do emprego estruturado: % TPCO Quadros superiores + profissões liberais e científicas + profissões de nível intermédio	O3. D2. E	DETEFP	2000
Fogos licenciados (n.º fogos licenciados / stock de fogos) (%)	O1. D1. P	INE	2001

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Ganho médio mensal dos TPCO no emprego estruturado – total (€)	O2. D5. E	DETEFP	2000
Gravidade dos acidentes de viação - vítimas mortais ou feridos graves (%)	O2. D4. E	INE	2001
Incêndios florestais (% área ardida / superfície florestal)	O1. D1. P	INE	2001
Índice de envelhecimento demográfico (população >64 anos por 100 residentes <15 anos)	O2. D1. P	INE	2001
Índice de especialização produtiva: % TPCO segundo repartição 15 sectores CAE	O2. D5. P	DETEFP	2000
Inscritos em Centros de Emprego por 1.000 pessoas em idade activa	O3. D2. P	IEFP	2001
Investimento em instalações desportivas, recreativas e escolas (€ / habitante)	O3. D3. R	ID	2001
IRS per capita (euros)	O3. D2. R	DGCI	2001
Licenças concedidas pelas Câmaras Municipais para ampliação, transformação e restauração de habitação (% do total de licenças para habitação)	O2. D3. R	INE	2001
Maternidade na adolescência (% nados vivos com mãe <19 anos)	O2. D2. E	INE	2001
Média das notas de Matemática nos exames nacionais do 12º ano	O3. D1. E	DES-ME	2001
Média das notas de Português nos exames nacionais do 12º ano	O3. D1. E	DES-ME	2001
Médicos em Centros de Saúde por 1.000 habitantes	O2. D2. R	INE	2001
ONGA por 100.000 habitantes	O1. D4. E	MA	2001
Operações registadas nas caixas multibanco por habitante	O3. D3. E	B.Portugal	2001
Pensionistas / população com mais de 64 anos (%)	O2. D1. R	INE	2001
Poluição automóvel estimada CXHY (kg/km percorrido – 60 Km/hora)	O1. D3. P	IA	2001
Prédios hipotecados (%)	O2. D3. P	INE	2001
Prédios transaccionados por 1.000 habitantes	O2. D3. P	INE	2001
Qualidade da água para consumo humano: % análises em falta	O2. D3. R	IRAR	2001
Qualidade da água para consumo humano: % análises em violação	O2. D3. E	IRAR	2001
Resíduos reciclados (%)	O1. D3. R	INE	2001
Resíduos sólidos urbanos (RSU) recolhidos por habitante servido (kg)	O1. D3. P	INE	2001
Resíduos sólidos urbanos com recolha selectiva (%)	O1. D3. E	INE	2001
Seguro agrícola contra incêndios (capital segurado por ha de área agrícola e florestal) (€)	O1. D1. R	ISP	2001
Taxa de colocação nos Centros de Emprego (desempregados colocados / des. inscritos)	O3. D2. R	IEFP	2001
Taxa de crescimento efectivo da população (variação percentual inter-anual da população residente)	O2. D1. P	INE	2001
Taxa de dependência demográfica (população <15 e >64 anos por população 15-64 anos)	O2. D1. E	INE	2001
Taxa de divórcio (número de divórcios por 1.000 habitantes)	O2. D1. P	INE	2001
Taxa de emprego do emprego estruturado (total de pessoas ao serviço / população 15 ou mais anos)	O2. D5. E	DETEFP	2000
Taxa de excedente de vidas (excedente de vidas ou saldo natural por 1.000 habitantes)	O2. D1. E	INE	2001
Taxa de fecundidade (número de nados-vivos por 1.000 mulheres em idade fecunda 15-49 anos)	O2. D1. R	INE	2001
Taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória (nº de casos por 100.000 habitantes)	O2. D2. E	MS	2001
Taxa de mortalidade infantil (nº de óbitos com menos de um ano por 1.000 nados-vivos)	O2. D2. E	INE	2001
Taxa de participação em eleições autárquicas (% de votantes)	O3. D3. E	STAPE	2001
Valor médio do subsídio de desemprego (€)	O2. D5. R	DETEFP	2002
Veículos ligeiros de passageiros > 10 anos de idade (%)	O2. D4. P	CRA	2001
Veículos pesados > 10 anos de idade (%)	O2. D4. P	CRA	2001
Veículos por 1.000 habitantes	O2. D4. P	CRA	2001

ANEXO 2. Qualidade de vida: classificação dos concelhos do Continente por objectivos estratégicos e natureza dos indicadores, 2001

Bastante favorável	1
Favorável	2
Razoável	3
Desfavorável	4
Bastante desfavorável	5

Concelhos	Objectivo Estratégico 1			Objectivo Estratégico 2			Objectivo Estratégico 3		
	Pressão	Estado	Resposta	Pressão	Estado	Resposta	Pressão	Estado	Resposta
Abrantes	3	3	3	3	3	3	3	3	2
Águeda	3	2	3	4	2	3	2	3	3
Aguiar da Beira	2	3	3	2	4	2	3	3	3
Alandroal	2	3	4	3	4	2	5	5	4
Albergaria-a-Velha	3	3	4	4	3	3	2	3	4
Albufeira	5	3	1	4	2	2	3	3	3
Alcácer do Sal	4	4	2	3	4	3	3	4	3
Alcanena	4	1	3	4	2	3	2	2	3
Alcobaca	3	2	4	3	2	3	2	3	3
Alcochete	5	3	3	3	2	2	3	4	3
Alcoutim	4	5	1	5	4	4	4	5	4
Alenquer	4	3	3	3	2	3	3	2	3
Alfândega da Fé	2	3	3	4	4	1	2	4	2
Alijó	2	3	3	2	4	4	3	4	4
Aljezur	3	3	1	3	3	3	3	4	3
Aljustrel	2	3	4	4	4	4	3	3	4
Almada	3	3	1	4	2	2	2	2	2
Almeida	2	4	3	3	4	1	2	3	2
Almeirim	3	3	4	4	3	4	3	3	4
Almodôvar	2	3	3	2	3	5	4	2	3
Alpiarça	4	5	4	4	2	4	3	4	4
Alter do Chão	3	4	1	5	5	2	3	4	3
Alvaiázere	2	3	3	4	5	2	3	2	3
Alvito	2	3	2	4	4	1	5	2	3
Amadora	3	3	4	3	2	4	3	2	3
Amarante	3	3	4	1	3	4	5	3	5
Amares	3	3	4	1	3	3	3	3	4
Anadia	2	3	4	3	3	4	2	2	3
Ansião	2	3	4	4	3	2	2	2	2
Arcos de Valdevez	2	2	4	3	5	4	4	3	4
Arganil	3	4	3	4	3	4	2	3	2
Armamar	2	5	4	2	2	4	4	5	3
Arouca	2	1	4	2	3	3	4	3	4
Arraiolos	3	3	3	1	2	4	3	5	4
Arronches	2	4	3	5	4	1	4	5	2
Arruda dos Vinhos	3	3	4	2	3	3	2	2	4
Aveiro	4	2	3	4	2	3	2	1	2
Avis	3	3	3	4	5	3	5	5	4
Azambuja	4	5	3	2	3	3	3	3	4

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Baião	2	3	4	2	4	3	5	2	5
Barcelos	3	3	4	2	2	4	3	2	4
Barrancos	2	4	1	5	5	3	5	4	4
Barreiro	4	4	4	4	2	3	2	3	3
Batalha	3	3	3	2	2	3	1	3	3
Beja	3	3	4	3	3	3	3	2	1
Belmonte	2	3	4	3	3	3	2	4	3
Benavente	5	3	3	4	2	4	3	3	3
Bombarral	3	2	4	3	2	3	2	3	3
Borba	3	3	4	2	2	3	3	5	3
Boticas	3	4	2	3	4	4	5	4	3
Braga	4	3	4	2	2	3	2	2	2
Bragança	3	3	4	2	4	2	2	1	1
Cabeceiras de Basto	2	4	4	2	3	4	4	3	4
Cadaval	3	4	4	3	3	3	3	3	3
Caldas da Rainha	3	3	4	3	2	4	2	3	2
Caminha	4	1	2	3	2	4	1	2	4
Campo Maior	3	3	3	3	2	1	3	3	4
Cantanhede	3	4	3	3	3	3	2	2	4
Carraceda de Ansiães	2	4	3	2	4	3	2	4	4
Carregal do Sal	2	3	2	4	3	3	2	3	2
Cartaxo	4	5	3	4	2	5	3	3	4
Cascais	3	3	3	3	2	3	2	2	2
Castanheira de Pêra	2	3	1	5	3	1	5	5	4
Castelo Branco	2	3	4	3	2	2	1	3	1
Castelo de Paiva	2	4	4	3	3	3	4	1	4
Castelo de Vide	3	1	1	4	3	2	4	3	3
Castro Daire	3	3	3	2	4	4	4	4	4
Castro Marim	5	3	4	4	4	3	4	4	3
Castro Verde	5	1	1	3	2	3	3	4	3
Celorico da Beira	3	3	4	3	3	3	3	3	2
Celorico de Basto	2	5	4	3	4	2	5	3	5
Chamusca	4	3	3	3	3	2	3	4	3
Chaves	2	3	4	1	3	4	3	3	3
Cinfães	2	3	4	3	3	4	5	3	4
Coimbra	3	2	3	3	3	3	2	1	1
Condeixa-a-Nova	3	2	2	2	3	3	3	3	3
Constância	5	3	2	5	2	3	2	4	1
Coruche	3	4	4	4	4	4	4	2	3
Covilhã	3	4	4	2	2	3	2	3	2
Crato	2	3	3	3	5	2	4	4	4
Cuba	4	1	1	2	3	2	5	4	3
Elvas	3	4	4	4	3	2	4	4	2
Entroncamento	4	3	4	2	2	2	1	2	2
Espinho	5	3	2	4	2	1	2	1	3
Esposende	3	2	3	2	2	4	3	2	4
Estarreja	3	2	3	3	3	4	2	2	4
Estremoz	2	4	3	2	4	4	2	4	3
Évora	3	3	4	1	2	3	2	2	1
Fafe	3	3	4	3	2	4	4	2	4

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Faro	4	3	3	3	2	3	2	1	1
Felgueiras	3	3	4	3	3	4	4	3	4
Ferreira do Alentejo	3	2	2	4	4	4	4	3	2
Ferreira do Zêzere	5	4	3	3	3	4	2	4	3
Figueira da Foz	3	4	2	3	3	4	2	2	2
Figueira de Castelo Rodrigo	2	4	2	4	4	1	3	3	2
Figueiró dos Vinhos	2	3	1	5	5	1	2	3	2
Fornos de Algodres	3	3	3	4	4	2	3	2	2
Freixo de Espada à Cinta	3	3	3	3	4	4	3	4	3
Fronteira	4	3	3	4	3	3	4	4	2
Fundão	2	5	3	2	3	4	1	2	3
Gavião	2	3	1	4	5	4	4	5	2
Góis	4	3	2	4	4	1	3	4	3
Golegã	4	1	3	4	3	2	3	2	3
Gondomar	4	4	3	2	2	4	4	3	5
Gouveia	3	3	3	5	3	3	3	3	2
Grândola	2	3	3	2	4	3	2	3	4
Guarda	2	3	4	1	2	3	2	1	1
Guimarães	4	2	4	3	1	4	3	2	4
Idanha-a-Nova	3	1	2	4	4	2	3	4	1
Ílhavo	3	3	3	3	3	4	3	3	4
Lagoa	5	4	1	3	2	3	3	4	3
Lagos	5	3	1	4	3	3	3	3	3
Lamego	3	5	3	2	2	4	4	3	2
Leiria	4	3	4	2	2	3	2	2	2
Lisboa	4	2	3	3	2	1	1	1	1
Loulé	5	2	1	3	3	3	3	2	2
Loures	4	3	3	3	1	2	4	2	3
Lourinhã	4	3	4	3	2	4	3	2	3
Lousã	4	3	1	4	2	2	2	3	3
Lousada	4	3	4	2	2	3	3	2	5
Mação	2	3	3	4	4	2	1	4	1
Macedo de Cavaleiros	2	3	3	2	4	3	3	2	1
Mafra	5	4	3	2	2	2	3	2	3
Maia	4	2	3	2	1	4	4	2	4
Mangualde	3	2	3	3	3	4	3	2	3
Manteigas	2	1	2	4	1	1	2	2	1
Marco de Canaveses	3	3	4	2	3	4	4	2	4
Marinha Grande	4	3	3	4	1	2	1	3	1
Marvão	2	4	4	2	4	2	4	5	3
Matosinhos	5	2	3	3	2	3	4	1	3
Mealhada	3	3	3	2	2	3	2	4	2
Meda	2	3	3	3	3	1	3	3	2
Melgaço	2	3	3	2	4	5	2	3	2
Mértola	2	1	3	4	5	5	5	5	4
Mesão Frio	2	5	3	2	5	2	4	4	4
Mira	3	3	3	2	4	3	3	2	3
Miranda do Corvo	2	3	3	2	4	3	3	3	3
Miranda do Douro	3	3	3	2	3	4	2	3	2
Mirandela	2	3	4	1	2	4	2	3	2

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Mogadouro	2	3	3	1	4	4	3	4	3
Moimenta da Beira	3	3	4	3	3	4	3	3	3
Moita	4	5	4	2	3	2	4	4	5
Monção	2	5	4	2	4	5	2	3	3
Monchique	3	1	1	3	3	2	3	4	4
Mondim de Basto	3	3	4	2	3	2	4	3	4
Monforte	2	3	4	5	4	1	5	4	2
Montalegre	2	3	4	2	3	4	3	3	3
Montemor-o-Novo	5	2	2	1	4	4	3	3	3
Montemor-o-Velho	2	2	2	2	2	3	3	3	4
Montijo	4	5	3	3	3	3	3	4	3
Mora	3	2	1	4	3	2	2	5	2
Mortágua	2	3	3	3	4	4	2	3	3
Moura	2	2	3	3	4	3	5	4	4
Mourão	2	3	4	4	4	2	5	3	3
Murça	2	5	3	1	5	4	3	4	4
Murtosa	2	1	3	4	4	2	4	5	3
Nazaré	4	3	3	3	2	2	4	3	3
Nelas	3	3	3	3	2	3	2	2	2
Nisa	2	3	3	4	5	4	3	5	3
Óbidos	3	3	3	3	2	3	3	4	2
Odemira	3	3	4	2	4	4	3	4	4
Odivelas	3	3	4	1	1	2	3	5	4
Oeiras	4	2	3	2	1	3	2	1	2
Oleiros	1	4	2	4	3	4	3	5	2
Olhão	3	3	2	3	3	4	4	4	4
Oliveira de Azeméis	4	3	4	3	2	4	3	3	4
Oliveira de Frades	3	3	3	4	3	2	2	2	3
Oliveira do Bairro	4	2	2	4	3	3	2	3	3
Oliveira do Hospital	3	3	3	3	2	3	2	3	3
Ourém	3	5	3	2	4	4	1	2	3
Ourique	2	4	4	4	5	5	4	2	3
Ovar	3	3	3	3	2	3	2	3	4
Paços de Ferreira	4	3	4	3	2	3	4	2	4
Palmela	4	3	3	4	2	3	3	3	3
Pampilhosa da Serra	4	3	1	2	4	2	4	5	4
Paredes	5	2	3	3	4	4	4	2	4
Paredes de Coura	2	3	3	3	3	3	2	2	2
Pedrógão Grande	2	3	2	5	4	1	3	3	2
Penacova	2	3	4	2	3	4	3	2	4
Penafiel	3	2	4	3	3	3	4	2	4
Penalva do Castelo	3	3	3	4	4	4	4	3	4
Penamacor	2	4	2	3	5	2	2	5	2
Penedono	1	3	5	4	3	3	4	4	2
Penela	2	3	2	5	4	1	3	4	3
Peniche	4	3	3	3	2	4	3	3	3
Peso da Régua	2	3	4	2	3	2	3	3	4
Pinhel	2	3	3	4	5	1	1	4	1
Pombal	3	2	3	2	3	3	2	3	3
Ponte da Barca	2	3	4	2	3	4	5	3	4

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Ponte de Lima	2	2	3	3	4	4	4	2	4
Ponte de Sor	3	4	4	4	4	3	3	4	3
Portalegre	2	3	4	3	2	3	2	3	1
Portel	2	4	2	3	3	3	4	4	3
Portimão	5	2	2	3	2	3	2	2	1
Porto	4	3	3	3	2	3	1	1	1
Porto de Mós	3	3	3	4	3	3	2	3	3
Póvoa de Lanhoso	3	3	4	2	3	3	3	3	4
Póvoa de Varzim	3	5	3	2	2	3	3	1	4
Proença-a-Nova	2	5	3	5	4	1	2	2	3
Redondo	2	4	4	3	2	4	3	4	4
Reguengos de Monsaraz	2	4	4	3	4	3	3	5	3
Resende	2	3	4	2	3	3	5	2	4
Ribeira de Pena	2	5	4	2	3	3	5	3	4
Rio Maior	4	3	3	4	3	4	2	3	3
Sabrosa	2	4	3	2	3	1	3	4	3
Sabugal	2	3	3	3	4	3	2	4	2
Salvaterra de Magos	3	4	4	4	3	4	4	3	4
Santa Comba Dão	3	3	3	3	3	3	3	3	2
Santa Maria da Feira	3	3	4	3	2	3	3	3	4
Santa Marta de Penaguião	2	5	4	3	3	2	5	5	4
Santarém	4	3	3	3	3	3	2	2	2
Santiago do Cacém	3	3	2	2	3	4	3	3	3
Santo Tirso	3	2	3	5	2	3	4	2	4
São Brás de Alportel	3	3	3	2	3	3	3	3	4
São João da Madeira	3	3	3	5	1	3	1	2	2
São João da Pesqueira	2	4	4	3	4	3	3	5	4
São Pedro do Sul	3	4	3	3	4	4	3	2	2
Sardoal	3	3	1	4	4	2	2	3	2
Sátão	3	4	4	3	3	4	5	3	3
Seia	3	4	2	2	2	3	3	3	2
Seixal	4	4	4	3	2	4	3	3	4
Sernancelhe	2	3	5	3	2	3	4	4	3
Serpa	2	4	4	4	3	3	5	4	4
Sertão	2	4	3	4	4	4	2	3	3
Sesimbra	5	3	2	2	2	3	2	3	4
Setúbal	4	4	1	4	2	3	3	2	3
Sever do Vouga	2	3	4	4	3	3	2	3	4
Silves	5	3	2	2	4	4	3	3	4
Sines	5	2	3	3	3	3	3	1	3
Sintra	4	2	4	1	1	4	3	2	4
Sobral de Monte Agraço	3	3	3	3	2	2	3	3	4
Soure	2	2	3	2	3	3	2	3	3
Sousel	2	5	4	3	3	2	4	4	3
Tábua	2	4	2	4	4	2	3	3	3
Tabuaço	2	5	3	3	2	3	4	3	3
Tarouca	4	3	3	3	3	2	4	3	3
Tavira	3	2	2	3	3	3	3	3	3
Terras de Bouro	2	1	2	4	4	1	5	4	3
Tomar	4	2	4	3	3	4	2	2	2

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Tondela	3	3	3	3	3	4	3	3	3
Torre de Moncorvo	2	3	3	2	4	4	3	2	2
Torres Novas	4	3	4	3	2	3	2	2	3
Torres Vedras	4	3	4	2	2	4	2	3	3
Trancoso	3	2	3	2	3	3	3	3	1
Trofa	2	2	4	2	1	3	5	3	4
Vagos	3	3	4	2	3	3	2	2	4
Vale de Cambra	2	3	4	3	1	3	2	2	3
Valença	3	3	3	3	4	3	3	2	2
Valongo	4	3	2	3	1	3	4	3	4
Valpaços	2	3	4	2	4	4	3	5	4
Vendas Novas	3	3	3	2	3	4	2	4	3
Viana do Alentejo	4	3	2	4	3	1	3	3	3
Viana do Castelo	3	2	4	2	2	4	3	2	3
Vidigueira	2	1	1	2	4	4	5	5	4
Vieira do Minho	2	3	4	3	3	3	3	3	4
Vila de Rei	3	3	2	4	4	1	2	4	3
Vila do Bispo	3	3	1	5	3	5	3	4	3
Vila do Conde	4	4	3	2	3	3	3	2	4
Vila Flor	2	3	3	1	3	3	3	4	3
Vila Franca de Xira	5	4	4	2	1	3	3	2	4
Vila Nova da Barquinha	3	3	1	3	3	4	3	4	3
Vila Nova de Cerveira	2	5	3	4	3	3	2	3	1
Vila Nova de Famalicão	4	2	3	3	2	3	3	2	4
Vila Nova de Foz Côa	2	5	4	3	3	3	2	3	3
Vila Nova de Gaia	4	3	3	3	2	4	4	2	4
Vila Nova de Paiva	2	3	2	3	5	4	4	3	3
Vila Nova de Poiares	4	5	1	4	3	1	3	4	3
Vila Pouca de Aguiar	2	4	4	3	3	3	3	3	3
Vila Real	3	5	4	1	3	3	2	1	3
Vila Real de Santo António	5	4	1	4	3	2	3	3	2
Vila Velha de Ródão	3	1	1	5	5	4	4	3	3
Vila Verde	2	3	4	3	3	3	3	2	4
Vila Viçosa	3	4	3	2	1	4	1	4	3
Vimioso	3	3	2	3	4	2	4	4	3
Vinhais	2	1	4	2	5	3	4	4	3
Viseu	3	3	4	2	2	5	3	2	2
Vizela	5	1	4	5	1	4	4	3	5
Vouzela	4	4	3	4	4	2	3	2	3

ANEXO 3. Perfis de qualidade de vida: caracterização dos concelhos do Continente, 2001

Concelhos	Objectivo 1	Objectivo 2	Objectivo 3	Perfil de síntese
Abrantes	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Águeda	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Aguiar da Beira	Favorável	Desfavorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Alandroal	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Albergaria-a-Velha	Razoável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Albufeira	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Alcácer do Sal	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Alcanena	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Alcobaça	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Alcochete	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Alcoutim	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Alenquer	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Alfândega da Fé	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Alijó	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Aljezur	Razoável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente razoável
Aljustrel	Razoável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Almada	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Almeida	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Almeirim	Razoável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Almodôvar	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Alpiarça	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Alter do Chão	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Alvaiázere	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Alvito	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Amadora	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Amarante	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Amares	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Anadia	Razoável	Razoável	Favorável	Maioritariamente razoável
Ansião	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Arcos de Valdevez	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Arganil	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Armamar	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Arouca	Favorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Arraiolos	Razoável	Favorável	Desfavorável	Ausência de tendência maioritária
Arronches	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Arruda dos Vinhos	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Aveiro	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Avis	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Azambuja	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Baião	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Barcelos	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Barrancos	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Barreiro	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Batalha	Razoável	Favorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Beja	Razoável	Razoável	Favorável	Maioritariamente razoável
Belmonte	Razoável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente razoável
Benavente	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Bombarral	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Borba	Razoável	Favorável	Desfavorável	Ausência de tendência maioritária
Boticas	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Braga	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Bragança	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Cabeceiras de Basto	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Cadaval	Desfavorável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Caldas da Rainha	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Caminha	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Campo Maior	Razoável	Favorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Cantanhede	Desfavorável	Razoável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Carrazeda de Ansiães	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Carregal do Sal	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Cartaxo	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Cascais	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Castanheira de Pêra	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Castelo Branco	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Castelo de Paiva	Desfavorável	Razoável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Castelo de Vide	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Castro Daire	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Castro Marim	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Castro Verde	Favorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Celorico da Beira	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Celorico de Basto	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Chamusca	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Chaves	Razoável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Cinfães	Razoável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente razoável
Coimbra	Favorável	Razoável	Favorável	Maioritariamente favorável
Condeixa-a-Nova	Favorável	Favorável	Razoável	Maioritariamente favorável
Constância	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Coruche	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Covilhã	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Crato	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Cuba	Favorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Elvas	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Entroncamento	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Espinho	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Esposende	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Estarreja	Favorável	Razoável	Favorável	Maioritariamente favorável
Estremoz	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Évora	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Fafe	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Faro	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Felgueiras	Razoável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente razoável
Ferreira do Alentejo	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Ferreira do Zêzere	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Figueira da Foz	Desfavorável	Razoável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Figueira de Castelo Rodrigo	Desfavorável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente desfavorável
Figueiró dos Vinhos	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Fornos de Algodres	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Freixo de Espada à Cinta	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Fronteira	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Fundão	Desfavorável	Razoável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Gavião	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Góis	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Golegã	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Gondomar	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Gouveia	Razoável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Grândola	Favorável	Desfavorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Guarda	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Guimarães	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Idanha-a-Nova	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Ílhavo	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Lagoa	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Lagos	Desfavorável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente desfavorável
Lamego	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Leiria	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Lisboa	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Loulé	Favorável	Razoável	Favorável	Maioritariamente favorável
Loures	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Lourinhã	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Lousã	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Lousada	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Mação	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Macedo de Cavaleiros	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Mafra	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Maia	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Mangualde	Favorável	Razoável	Favorável	Maioritariamente favorável
Manteigas	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Marco de Canaveses	Razoável	Razoável	Favorável	Maioritariamente razoável
Marinha Grande	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Marvão	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Matosinhos	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Mealhada	Razoável	Favorável	Desfavorável	Ausência de tendência maioritária
Meda	Favorável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Melgaço	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Mértola	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Mesão Frio	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Mira	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Miranda do Corvo	Favorável	Desfavorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Miranda do Douro	Razoável	Razoável	Favorável	Maioritariamente razoável
Mirandela	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Mogadouro	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Moimenta da Beira	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Moita	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Monção	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Monchique	Favorável	Razoável	Desfavorável	Ausência de tendência maioritária
Mondim de Basto	Razoável	Favorável	Desfavorável	Ausência de tendência maioritária
Monforte	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Montalegre	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Montemor-o-Novo	Favorável	Desfavorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Montemor-o-Velho	Favorável	Favorável	Razoável	Maioritariamente favorável
Montijo	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Mora	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Mortágua	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Moura	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Mourão	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Murça	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Murtosa	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Nazaré	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Nelas	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Nisa	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Óbidos	Razoável	Favorável	Desfavorável	Ausência de tendência maioritária
Odemira	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Odivelas	Razoável	Favorável	Desfavorável	Ausência de tendência maioritária
Oeiras	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Oleiros	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Olhão	Razoável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente razoável
Oliveira de Azeméis	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Oliveira de Frades	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Oliveira do Bairro	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Oliveira do Hospital	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Ourém	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Ourique	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Ovar	Razoável	Favorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Paços de Ferreira	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Palmela	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Pampilhosa da Serra	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Paredes	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Paredes de Coura	Favorável	Razoável	Favorável	Maioritariamente favorável
Pedrógão Grande	Favorável	Desfavorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Penacova	Razoável	Razoável	Favorável	Maioritariamente razoável
Penafiel	Favorável	Razoável	Favorável	Maioritariamente favorável
Penalva do Castelo	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Penamacor	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Penedono	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Penela	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Peniche	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Peso da Régua	Razoável	Favorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Pinhel	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Pombal	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Ponte da Barca	Razoável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente razoável
Ponte de Lima	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Ponte de Sor	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Portalegre	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Portel	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Portimão	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Porto	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Porto de Mós	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Póvoa de Lanhoso	Razoável	Favorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Póvoa de Varzim	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Proença-a-Nova	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Redondo	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Reguengos de Monsaraz	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Resende	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Ribeira de Pena	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Rio Maior	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Sabrosa	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Sabugal	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Salvaterra de Magos	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Santa Comba Dão	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Santa Maria da Feira	Razoável	Favorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Santa Marta de Penaguião	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Santarém	Desfavorável	Razoável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Santiago do Cacém	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Santo Tirso	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
São Brás de Alportel	Razoável	Favorável	Razoável	Maioritariamente razoável
São João da Madeira	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
São João da Pesqueira	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
São Pedro do Sul	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Sardoal	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Sátão	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Seia	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Seixal	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Sernancelhe	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Serpa	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Sertão	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Sesimbra	Desfavorável	Favorável	Razoável	Ausência de tendência maioritária
Setúbal	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Sever do Vouga	Razoável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Silves	Desfavorável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente desfavorável
Sines	Favorável	Razoável	Favorável	Maioritariamente favorável
Sintra	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Sobral de Monte Agraço	Razoável	Favorável	Razoável	Maioritariamente razoável
Soure	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Sousel	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Tábua	Desfavorável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente desfavorável
Tabuaço	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Tarouca	Desfavorável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Tavira	Favorável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Terras de Bouro	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Tomar	Favorável	Razoável	Favorável	Maioritariamente favorável
Tondela	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Torre de Moncorvo	Favorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Torres Novas	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Torres Vedras	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Trancoso	Favorável	Favorável	Razoável	Maioritariamente favorável
Trofa	Favorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Vagos	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Vale de Cambra	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Valença	Razoável	Desfavorável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Valongo	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Valpaços	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Vendas Novas	Razoável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente razoável
Viana do Alentejo	Desfavorável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente desfavorável
Viana do Castelo	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Vidigueira	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Vieira do Minho	Razoável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Vila de Rei	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Vila do Bispo	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Vila do Conde	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Vila Flor	Favorável	Razoável	Desfavorável	Ausência de tendência maioritária
Vila Franca de Xira	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Vila Nova da Barquinha	Razoável	Razoável	Desfavorável	Maioritariamente razoável
Vila Nova de Cerveira	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Vila Nova de Famalicão	Favorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Vila Nova de Foz Côa	Desfavorável	Razoável	Favorável	Ausência de tendência maioritária

Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Vila Nova de Gaia	Desfavorável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Vila Nova de Paiva	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Vila Nova de Poiares	Desfavorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Vila Pouca de Aguiar	Desfavorável	Razoável	Razoável	Maioritariamente razoável
Vila Real	Desfavorável	Razoável	Favorável	Ausência de tendência maioritária
Vila Real de Santo António	Desfavorável	Desfavorável	Razoável	Maioritariamente desfavorável
Vila Velha de Ródão	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Vila Verde	Razoável	Razoável	Favorável	Maioritariamente razoável
Vila Viçosa	Desfavorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Vimioso	Razoável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável
Vinhais	Favorável	Desfavorável	Desfavorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável
Viseu	Razoável	Favorável	Favorável	Maioritariamente favorável
Vizela	Favorável	Favorável	Desfavorável	Maioritariamente favorável, pontualmente desfavorável
Vouzela	Desfavorável	Desfavorável	Favorável	Maioritariamente desfavorável, pontualmente favorável